

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2021, às 14h00min, foi realizada a 67ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, através do aplicativo “Microsoft Teams” e transmitida ao vivo para a população em geral pelo serviço de streaming (YouTube) disponibilizado no site da CMPU (Reuniões 2021), nos termos da Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. **01)** O Presidente, Sr. Cesar Azevedo, iniciou a reunião às 14h17min, destacando ser a última reunião do ano, oportunidade em que, pela ordem, a Conselheira Stela de Camargo Dalt, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, solicitou que se fizesse a aferição dos membros presentes. **02)** O Presidente, então, passou a palavra para a Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca para que procedesse a aferição dos presentes, ressaltando que durante a reunião muita gente vai entrando e saindo, observando que se tem mais do que o necessário para começar a reunião, a saber: **SMUL (3)**, titular, Maria Tereza Gomes da Silva; **SGM (1)**, titular, Vivian Satiro de Oliveira; **SGM (2)**, Titular, Tarcila Peres; **SMJ**, suplente, Maria Lúcia Palma Latorre; **SF**, suplente, Claudia Bice Romano; **SMSUB**, suplente, Rode Felipe Bezerra; **SMDHC**, suplente, Juliana Felicidade Armede; **SEHAB**, suplente, Elisabete França; **SMT**, suplente, Michelle Perea Cavinato; **SVMA**, suplente, Tamires Carla de Oliveira; **SMIT**, suplente, Lilaine Aparecida Bertolucci Sobral; **SP-URBANISMO**, titular, Larissa Garcia Campagner; **COHAB**, suplente, Jully Karylin de Carvalho Silva; **SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO CENTRO**, suplente, Rodolpho Furlan Domingues; **SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO LESTE 1**, titular, Danilo Antão Fernandes; **SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO LESTE 2**, titular, Lucas Santos Sorrillo; **SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO SUL 2**, titular, João Paulo Lo Prete. **03)** A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca ao proceder a aferição da presença de Dogivaldo de Freitas do **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO NORTE 1**, foi interrompida, pela ordem, pelo Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, para informar que foi entregue um ofício pela nulidade desta nomeação por ser evidentemente ilegal, e para que não se considere essa presença como válida, até se resolver isto. Na sequência a Conselheira Maria Laura Fogaça Zei, suplente das associações de bairros (4), representando a Associação de Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança (ASSAMPALBA), pede a palavra para registrar que está com problemas técnicos, ressaltando que caso tenha algum problema e não consiga se manter na reunião, como está alinhada ao Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, este poderá representá-la. **04)** A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca informou também que estava com problemas técnicos, oportunidade que o Presidente suspendeu a sessão por 10 minutos para que os problemas técnicos fossem resolvidos e a comunicação

restabelecida. **05)** Após o tempo decorrido, a Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca informou que foi restabelecida a comunicação e que a reunião iria prosseguir, retomando do início a aferição dos presentes conforme foi solicitado, ressaltando a entrada de outros membros, a saber: **SMUL (1)**, titular, Rosane Cristina Gomes; **SMUL (2)**, titular, Heliana Lombardi Artigiane; **SMUL (3)**, titular, Maria Tereza Gomes da Silva; **SGM (1)**, titular, Vivian Satiro de Oliveira; **SGM (2)**, Titular, Tarcila Peres; **SMJ**, suplente, Maria Lúcia Palma Latorre; **SF**, suplente, Claudia Bice Romano; **SMSUB**, suplente, Rode Felipe Bezerra; **SMDHC**, suplente, Juliana Felicidade Armede; **SEHAB**, suplente, Elisabete França; **SMT**, suplente, Michelle Perea Cavinato; **SVMA**, suplente, Tamires Carla de Oliveira; **SMIT**, suplente, Lilaine Aparecida Bertolucci Sobral; **SP-URBANISMO**, titular, Larissa Garcia Campagner; **COHAB**, suplente, Jully Karylin de Carvalho Silva; **SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO NORTE 2**, titular, Luciana Torrales Ferreira; **SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO CENTRO**, suplente, Rodolpho Furlan Domingues; **SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO LESTE 1**, titular, Danilo Antão Fernandes; **SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO LESTE 2**, titular, Lucas Santos Sorrillo; **SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO SUL 2**, titular, João Paulo Lo Prete; **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO NORTE 1**, titular, Fernando Rangel; **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO NORTE 2**, titular, Simone Aparecida dos Santos Oliveira; **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO OESTE**, titular, Maurício Ramos de Oliveira; **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO SÉ**, titular, Stela de Camargo Dalt; **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO LESTE 1**, titular, Elodia Fátima Fillipni; **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO SUL 1**, titular, Durval Tabach; **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO SUL 2**, titular, Wellyene Gomes Bravo; **MOVIMENTO DE MORADIA 1**, titular, Edilson Henrique Mineiro; **MOVIMENTO DE MORADIA 2**, titular, Eliete Calisto da Cruz; **MOVIMENTO DE MORADIA 4**, suplente, André Delfino da Silva; **ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 2**, titular, Lucila Falcão Pessoa Lacrete; **ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 3**, titular, Edenilda das Neves Carneiro Souza; **ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 4**, suplente, Maria Laura Fogaça Zei; **SETOR EMPRESARIAL 1**, titular, Marcio Jeha Chéde, **SETOR EMPRESARIAL 2**, suplente, Sergio Garrido Cincura; **SETOR EMPRESARIAL 3**, suplente, Luciana Lins Nascimento; **SETOR EMPRESARIAL 4**, titular, Beatriz Messeder Sanches Jalbut; **ENTIDADES SINDICAIS**, titular, Luiz Claudio Marcolino; **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG’S**, titular, Margareth Matiko Uemura; **ENTIDADES PROFISSIONAIS**, suplente, Renato Luiz Sobral Anelli; **ENTIDADES ACADÊMICAS (1)**, titular, Viviane Manzione Rubio; **ENTIDADES ACADÊMICAS (2)**, titular, Nabil Georges Bonduki; **MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS (1)**, titular, Mateus Henrique Berto Muradas; **MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS (2)**, titular, Maria Lúcia Ramos Bellenzani; **MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA**, titular, José Antônio Chinelato Zagato; **MOVIMENTOS CULTURAIS**, titular, Thiago Messias Morais da Silva; **CMTT**, titular, Sandra Ramalho; **CMH**, titular, Adelcke Rossetto Netto. A

Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca esclareceu que estes são os que contam quórum, mas que existem mais pessoas presentes. **06)** O Conselheiro José André de Araújo apresentou questão de ordem para dizer que não constou seu nome, uma vez que registrou sua presença no chat. **07)** A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca verificou que foi um equívoco na leitura, e aferiu a presença, a saber: **ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 1**, titular, José André de Araújo. **08)** A Conselheira Elodia Fátima Fillipni titular do Conselho Participativo Municipal – Macrorregião Leste 1, informou que o Conselheiro Ademilson Ferreira não estava conseguindo entrar na reunião, sendo que foi verificado que não possuía pendência para admissão na reunião. A Conselheira informou que o Conselheiro Ademilson Ferreira não conseguiu participar devido a sua deficiência, oportunidade que a Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca utilizou para esclarecer que foi colocado para reunião dois intérpretes de libras. Ainda sobre a questão, foi solicitado que se trocasse a legenda que estaria em inglês, o que foi registrado pela mesa, oportunidade em que o intérprete de libras Tiago esclareceu que a Tatiana estava fazendo a interpretação de libras no momento. **09)** O mediador Alexandre Pires ao esclarecer a forma como se daria as falas do plenário, foi interrompido pelo Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, mencionando a questão de ordem que havia anteriormente levantado sobre o ofício do Sr. Dogivaldo de Freitas; o mediador Alexandre Pires informou que o mesmo tomaria posse, estando o assunto em análise no jurídico, e assim que sair uma definição final, o conselho será informado. **11)** O Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães então ressaltou não querer ser informado das opiniões do jurídico da Prefeitura, e que está fazendo uma questão de ordem para constar no extrato da ata, a ilegalidade do ato, ressaltando que, se necessário, fará a leitura do ofício. Destacou ainda, que o jurídico da prefeitura não é tribunal superior, apenas dá pareceres e opiniões técnicas qualificadas, mas que também tem há advogados no CMPU e nas entidades do setor público, aptos a dar pareceres, ressaltando que o parecer do jurídico da Prefeitura não é dogma de fé, e que os conselheiros têm que ser informados e discutir o assunto, não cabendo a decisão ao jurídico, de modo que os Conselheiros não tem obrigação de acatar o entendimento. Reiterou que está colocando uma questão de ordem com base no OFÍCIO Nº 02/2021, Representação CPMs no CMPU 2021/2022, referente à nulidade da Portaria SGM 458, de 25 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial de 26 de novembro. Reforça o desejo de constar em ata que não existe no item 2 do edital, que elege os conselheiros, segunda, terceira, quarta suplência, pelo contrário, o edital diz que no caso de vacância, deve-se esperar a próxima eleição. Destacou a necessidade de tornar o conselheiro Fernando, suplente, em titular. Ressaltou ainda que, nas próprias orientações de SMUL 044216406 do processo SEI 6066.2020/0001241-1, a nomeação fere a paridade de gênero, motivo pelo qual, se apresenta a questão de ordem pela nulidade da nomeação, não devendo prosseguir com a posse. Destacou ser essa a questão de ordem, ponderando que, apesar de caber ao jurídico da Prefeitura orientar, os conselheiros não considerarão o parecer,

que é uma opinião técnica, podendo, em caso de discordância pelos conselheiros, judicializar a questão. Por fim, reitera a questão de ordem contrária à posse. **12)** O mediador Alexandre Pires esclareceu que conversou com Bruno Nabuco referente ao caso, e a questão da paridade mencionada é a única conselheira com voto foi a Marina na ocasião, por ter votado em si mesma. Desse modo, pontuou que o mais votado o conselheiro Dogivaldo. **13)** O Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato, titular dos Movimentos de Mobilidade Urbana, interrompeu a reunião para relatar que não compete à Assessoria da SMUL, reproduzir argumentos e sim de responder o ofício previamente protocolado ao início da reunião, previamente à posse de um conselheiro cuja legitimidade está sendo questionada. **14)** O Presidente interveio para fazer um encaminhamento, destacando que a portaria da Secretaria de Governo é válida, está vigente e há um questionamento quanto a indicação e posse de um representante eleito. **15)** O Presidente encaminha aos conselheiros que deixe a posse sobrestada, até que o jurídico se manifeste quanto a legalidade da indicação do interessado em compor a vaga do CMPU, ressaltando que, caso não se autorize a posse dos conselheiros indicados, se deixe sobrestada toda a portaria, não impedindo assim que a reunião prossiga. Destacou que a pedido do Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães e demais conselheiros, o item fica sobrestado até que o jurídico se manifeste. **16)** O Conselheiro José André de Araújo titular Associações de Bairros 1, apresentou questão de ordem para que o sobrestamento seja até a próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana. **17)** O Presidente informou que iria registrar o apontamento do Conselheiro, sobre ficar sobrestado até a manifestação do jurídico, de modo que, após tal manifestação, o assunto voltaria à pauta na próxima reunião, seja ordinária ou extraordinária. **18)** O Conselheiro José André de Araújo, titular Associações de Bairros 1, apresentou uma questão de ordem a título de esclarecimento, sobre os conselheiros indicados pela Secretaria Municipal de Habitação. Pontuou solicitar que o Presidente fizesse referência a esta situação, pois tem uma portaria que foi divulgada no diário oficial do dia de hoje. **19)** O Presidente esclareceu que este item compõe a pauta da reunião. **20)** Na sequência, a Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca fez a leitura dos quatro itens de pauta, a saber: 1. Comunicações Gerais; 2. Validação das indicações do CMPU para CTLU, CPPU, FUNDURB, FMSAI, CIMPDE e CMPT; 3. Apresentação anual de implementação dos instrumentos indutores da função social da propriedade e plano de trabalho 2022; 4. Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico - PDE. Discussão sobre as contribuições recebidas de membros da Sociedade Civil. **21)** A Secretaria Executiva informou nos termos do item 1 das comunicações gerais, a posse de representantes da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia - SMIT, Sr. Juan Manuel Quirós Sadir, como titular, e Sra. Lilaine Aparecida Bertolucci Sobral, como suplente, conforme Portaria SGM 421/2021 (D.O.C. 05/11/2021); do Conselho Municipal de Habitação - CMH, Sra. Violêta Saldanha Kubrusly, como suplente, conforme Portaria 1506/2021 D.O.C. 19/11/2021); da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, Sr. João Siqueira de Farias como titular, e Sra. Elisabete França como suplente, conforme Portaria SGM 502/2021 (D.O.C. 17/12/2021); da

Subprefeitura Macrorregião Norte 1, Sr. Luiz Fernando Sapun, como suplente, da Macrorregião Leste 1, Sr. Danilo Antão Fernandes, como titular, da Macrorregião Leste 2, Sr. Francisco Nunes Sobrinho, como suplente, e da Macrorregião Sul 1, Sr. Anderson Silva De Medeiros, como suplente, conforme Portaria SGM 482/2021 (D.O.C. 10/12/2021). **22)** A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca esclareceu que em razão de apontamentos a respeito da Portaria SGM 458 (D.O.C. 26/11/2021) e do recebimento de solicitação formal a respeito, foi sobrestada a posse ao Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 1 para a análise pertinente. **23)** Ainda, deu ciência do Relatório do 1º Semestre de 2021 do FUNDURB, do Relatório de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico 2014-2020, do Relatório de atividades da Plataforma de Monitoramento do PDE 2020/2021, e da atualização dos representantes na Resolução que constituiu a Comissão Interna para revisão do Regimento Interno, através da Resolução SMUL.ATECC.CMPU/012/2021. Antes de finalizar as comunicações internas, deu ciência do e-mail encaminhado pela Conselheira Stela de Camargo Dalt, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, com pedido de inclusão de pauta do Bulevar da Paulista, esclarecendo que não houve tempo hábil para analisar essa pauta com antecedência, uma vez que já se tinha uma pauta extensa para hoje comprometida com o plenário inclusive na última reunião do Conselho e outras obrigatórias definidas pelo Plano Diretor. Esclarece, por fim, que será analisado o pedido para inclusão em uma próxima pauta. **24)** O mediador Alexandre Pires abriu ao plenário para considerações ao item 1. **25)** A palavra foi passada para a Conselheira Stela de Camargo Dalt, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, que agradeceu o acolhimento do pedido. Destacou ter comparecido na audiência pública ocorrida no Ed. Martinelli há duas semanas sobre o bulevar da Paulista, informando ser importante que na próxima oportunidade este assunto seja trazido ao CMPU, porque é de interesse e relevante para as discussões do Conselho. A Conselheira ressaltou, ainda, quanto ao primeiro item das comunicações gerais, que gostaria de falar sobre as duas ciências: - do relatório do FUNDURB e do monitoramento de atividades do PDE, relatórios que possuem 500 páginas. Indagou à Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca se este relatório será apresentado na próxima reunião. A Conselheira observou que nos finais de anos do CMPU esse relatório era sempre apresentado, com apresentação de slides, ponderando que só dar ciência de um relatório muito importante para a revisão do PDE não é suficiente no CMPU, que se precisa de uma apresentação. A Conselheira ressaltou ter lido apenas um dos documentos e poucas páginas do segundo e destacou que se isso não for trazido de novo à pauta, gostaria de pedir vistas a esse assunto porque ele precisa ser tratado com mais cuidado no plenário do CMPU. **26)** A palavra foi passada para a Conselheira Wellyene Gomes Bravo, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sul 2, que ressaltou que sua fala também é neste sentido dos relatórios, destacando que também procurou olhar os relatórios e não teve tempo hábil de analisar. A Conselheira diz que concorda plenamente com a importância dos relatórios e que precisam ser apresentados aqui no CMPU. Observou que houve apenas uma

reunião do grupo do CIMPDE, que tem composição da sociedade civil e que nesta reunião foi dada posse para alguns conselheiros, ressaltando que nem naquele colegiado esse relatório aparentemente foi analisado. Pediu vistas ao relatório justificando que a questão vai ficar para o ano que vem, destacando que tem tempo hábil para todos olharem com mais cuidado. **27)** A palavra foi passada para o Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato, titular dos Movimentos de mobilidade urbana, que destacou que a respeito do item 01, gostaria de pontuar algumas questões importantes. A respeito do regimento, gostaria de reiterar, a solicitação feita já por e-mail à SMUL, de disponibilização prévia da minuta, que foi referida como já existente pela Secretária Executiva, na reunião de 28 outubro, para atualização do regimento do CMPU. Com relação a essa minuta, ressaltou que gostaria que o assunto do regimento fosse tratado no interior de um SEI próprio, de modo que, se pudesse acompanhar as manifestações administrativas, técnicas e colegiadas registradas no seu processo decisório de modo que haja transparência e a publicação devida, segundo a lei de acesso à informação, para qualquer cidadão e cidadã que assim gostaria ou tivesse interesse de entender o processo de atualização do regimento. Ponderou que é importante frisar, a respeito das matérias sob a deliberação do CMPU como constituem parte do processo decisório das políticas urbanas, sejam elas a revisão do plano diretor como quaisquer outros que estão sob a atribuição deste colegiado deliberativo, que também constem em SEIs próprios, observando, como já foi inclusive mencionado em oportunidades anteriores no caso da revisão do plano diretor. Enfatizou que gostaria de reiterar diante das últimas audiências públicas que foram feitas nas últimas semanas, a importância de que SEIs que tratem de PIU e Operações Urbanas já em curso na prefeitura de São Paulo, inclusive remetidas à Câmara Municipal, ressaltando que a última apreciação neste colegiado, por exemplo, da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí foi em 2015, portanto é importante que se retome a apreciação destes projetos encaminhados, portanto é bastante importante conhecer os SEIs destes processos. Reiterando, em relação ao regimento, destacou a garantia ao acesso pleno à informação no processo decisório para os Conselheiros e as Conselheiras. **28)** A palavra foi passada para Conselheira Viviane Manzione Rubio, titular das Entidades Acadêmicas (1), que destacou em relação ao regimento interno, gostaria que se apresentasse a composição da comissão após a inclusão de representantes e indagou se já há agenda para discussão. Perguntou, ainda, sobre quando a minuta do regimento será enviada para leitura. **29)** O mediador Alexandre Pires observou que o tema será apresentado pela Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca na sequência. **30)** A palavra foi passada para a Conselheira Violêta Saldanha Kubrusly, suplente do Conselho Municipal de Habitação - CMH, que soldou a todos agradecendo a oportunidade, destacando que está na suplência de Adelcke Rossetto Netto, podendo todos contar com seu trabalho no período. **31)** Finalizando o bloco, a palavra foi passada ao Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, que enfatizou a questão do regimento levantada pelo Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato titular dos

Movimentos de mobilidade urbana, e pela Conselheira Viviane Manzione Rubio, titular das Entidades Acadêmicas (1), e reafirmou a necessidade de vistas dessa questão do processo que foi apresentado, para que se possa ter reuniões para ponderar sobre o mérito. Enfatizou a questão da necessidade de vistas, ressaltando que é difícil ler em um prazo tão curto, pois os conselheiros são voluntários e possuem outras atividades. Também reafirmou a questão do regimento, destacando que diversos problemas formais seriam resolvidos com um regimento atual e funcionando. Por fim, ressaltou ainda que isso evitaria confusões. **32)** A Secretária Executiva agradecendo as considerações dos Conselheiros e das Conselheiras, primeiramente respondeu a Conselheira Stela de Camargo Dalt, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, que terá uma apresentação referente ao relatório que foi encaminhado para ciência dos conselheiros, destacando que também pelo mesmo motivo de se ter uma extensa pauta, isso não será apresentado hoje, mas ficará para reunião subsequente, de modo que os conselheiros terão mais tempo para analisar. Enfatizou que, além disso, o relatório foi apreciado e apresentado na reunião do próprio Comitê do CIMPDE, conforme destacado nas considerações da Conselheira Wellyene Gomes Bravo, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sul 2. Em relação ao comentado pelo Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato, titular dos Movimentos de mobilidade urbana, esclareceu que se esperava consolidar a nova composição com a eleição dos novos membros, destacando, que com esta eleição, se montou a comissão. Esclareceu ainda que é um processo público que pode ser acessado por todos os conselheiros, ressaltando que será encaminhado o número para conselheiros consultarem. Informou que primeiramente encaminhará aos membros consolidados, após várias aberturas de prazos para que todos possam inscrever-se. Em relação ao argumentado pela Conselheira Viviane Manzione Rubio, titular das Entidades Acadêmicas (1), ressaltou que existe a última resolução e que lerá rapidamente os nomes dos membros que foram inscritos. Destacou que a composição até então era: Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste, a Viviane Manzione Rubio, da Universidade Mackenzie, a Simone Gatti, do IAB, o Edilson Mineiro, do Movimento de Moradia Sem Terra Leste 1, e a Wellyene Gomes Bravo, do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sul 2, e com a inclusão que está se fazendo, letras “f”, “g”, “h”, e “i”, respectivamente, José Antonio Chinelato Zagato, Beatriz Messeder Sanches Jalbut, Eduardo Della Manna e Alessandro Luiz Oliveira Azzoni. Destacou ainda que, pelo Poder Executivo, existe Rosane Cristina Gomes, Maria Tereza Gomes da Silva, e Heliana Lombardi Artigiane, por SMUL, o Dario José Barreto da Subprefeitura da Macrorregião Norte 1 e o Lucas Santos Sorrilo da Subprefeitura da Macrorregião Leste 2. Por fim, ressaltou que essa será a nova composição, conforme solicitado pela Conselheira Viviane Manzione Rubio. **33)** Na sequência, o Presidente relatou que em relação a fala do Conselheiro José Antonio Chinelato Zagato, referente a Operação Urbana Bairros do Tamanduateí que foi votada na Câmara Municipal com a última participação no Conselho sobre este assunto em 2015, esclareceu que este projeto de lei está na Câmara Municipal desde 2015, e não foi o executivo que fez nenhum

movimento este ano ou ano passado sobre este assunto, observando que foi passado no CMPU em 2015 e encaminhado à Câmara Municipal naquele ano, sendo que voltou a ser tramitado na Câmara Municipal no presente momento. **34)** Ato contínuo, a Secretária Executiva passou para o item 2 da pauta, sobre a validação das indicações do CMPU para CTLU, CPPU, FUNDURB, FMSAI, CIMPDE e CMPT. A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca fez um breve histórico sobre o processo das indicações, seguida da apresentação das indicações da CTLU. **35)** Durante a apresentação, a Conselheira Maria Laura Fogaça Zei, suplente das associações de bairros (4), interrompeu para questionar que há um número maior de indicações para as vagas. **36)** A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca retomou esclarecendo que o Decreto nº 56.268/15 prevê para a CTLU o mínimo de 4 e máximo de 6 indicações para cada setor, de modo que, se passasse de 6 indicações, deveria haver uma votação ou um consenso entre os conselheiros do setor na reunião. No caso dos Movimentos Sociais e de Bairros que está atendendo as 6 indicações, e o decreto prevê dez vagas da CTLU, sendo que o Conselho tem a atribuição de validar essas indicações. Destacou que as seis indicações do Setor Movimentos Sociais e de Bairros estão válidas e com a documentação em ordem, não havendo motivo para invalidá-las. Na sequência, apresentou as indicações para o Setor Acadêmico e Técnico Profissional, destacando que a indicação do IAB-SP não saiu publicada no comunicado oficial, porém, foi comprovado um erro no recebimento do e-mail pela Secretaria Executiva do CMPU, sendo descoberto posteriormente que o envio foi feito no prazo. Ressaltou que, portanto, a inscrição do IAB está válida tanto na CTLU quanto na CPPU. No Setor Conselhos de Políticas Públicas Setoriais, 2 indicações foram apresentadas pelo Conselho Participativo Municipal. **37)** A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca após dar conhecimento da minuta de resolução que consolida a validação das indicações, retomou a apresentação do Setor Acadêmico e Técnico Profissional, que se encontrava com uma indicação a mais, ressaltando a necessidade de um consenso entre os conselheiros presentes no caso do setor para se retirar uma indicação ou terá que ser efetuada votação entre os membros somente deste setor. **38)** A palavra foi passada ao Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, que apresentou uma dúvida em relação à quantos conselheiros a Sociedade Civil terá na CTLU, e se caso possuir membros a mais, se é possível transferir para indicar pelo setor “c”. **39)** Foi informado que a Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca responderá em bloco. **40)** A palavra foi passada para a Conselheira Maria Laura Fogaça Zei, suplente das associações de bairros (4), que informou que o Setor “a” entrou em um consenso e colocou uma proposta descrita a seguir: Lucila Falcão Pessoa Lacrete com Renata Esteves de Almeida Andretto, Ivan Carlos Maglio com José Antônio Chinelato Zagato, Raphaella José Cyrillo Galletti com Ivan Augusto Alves Pereira, José André de Araujo com Jose Luis Muradas, pois entendem que existem muitas indicações, sendo solicitado que fosse registrado. **41)** A palavra foi passada para a Conselheira Stela de Camargo Dalt, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, que apontou primeiro uma questão com relação a redação do

decreto, que nesta perspectiva o setor “c”, tendo indicado dois, estaria abaixo do mínimo de indicação, o que questionou como se resolveria essa questão. Com relação ao segundo ponto, questionou como ficaria a composição caso se no setor “a” saiam quatro, do setor “b” seis e do setor “c”, dois. Ressaltou que a representação dos setores no CMPU não é proporcional, sendo certo que o setor “b” é o menos representativo pois possui menos conselheiros. Por fim, questionou como ficará a composição, uma vez que, em anos passados o setor “a” e o setor “c” ficaram com menos que o setor “b” na a CTLU, e se neste ano ficará melhor distribuída esta representação e como fica a representação do “c” por não estar cumprindo com este mínimo de quatro indicações. **42)** A palavra foi passada para o Conselheiro Eduardo Della Manna, suplente do Setor Empresarial 4, que cumprimentando os Conselheiros, as Conselheiras, o Presidente e a Secretária Executiva, destacou que o Setor Empresarial está renunciando à quarta indicação para ficar dentro do número de seis indicações dentro do setor, sendo mantida as indicações 01, 02 e 03. Ressalta que se está abrindo mão da quarta indicação no Setor Acadêmico e Técnico-Profissional, que é da entidade AsBEA-SP, Sra. Daniela Hummel Mungai como Titular, e da entidade SECOVI-SP, Sr. Luiz Frederico Rangel de Freitas como Suplente, para facilitar o processo. **43)** A palavra foi passada para o Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato titular dos Movimentos de mobilidade urbana, que ressaltou que também tem uma dúvida a respeito da forma da indicação em princípio da proporcionalidade, da impessoalidade e a respeito da falta de clareza no processo de orientação para as entidades que compõe o CMPU e, enfim, as organizações conselheiras, e para o conjunto da sociedade, na medida que pessoas que sejam indicadas da sociedade que não pertençam ao colegiado também podem se candidatar. Observando ainda que chamou a atenção o fato de que uma mesma entidade possa indicar uma ou duas, e até três vezes de forma cruzada para um mesmo colegiado, de modo que haja uma evidente sobre representação de uma mesma entidade dentro de um mesmo segmento. Ressaltou que gostaria de entender juridicamente como isso se justifica, porque não constava das orientações essa possibilidade. Enfatiza a necessidade de uma transmissão clara e objetiva para que outras pessoas pudessem compreender e apresentar representações dentro de um mesmo segmento. Enfatizou ainda a luz dos princípios da administração pública e da proporcionalidade na composição paritária e efetivamente representativa da proporção das suas associações e do conjunto da sociedade. Solicitou esclarecimentos acerca da possibilidade de uma mesma entidade ter mais de um assento dentro de um mesmo segmento se candidatando de forma cruzada entre titularidades e suplências. **41)** A palavra foi passada para a Conselheira Viviane Manzione Rubio, titular das Entidades Acadêmicas (1), que enfatizou ter sido contemplada pela fala do Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato, inclusive sobre que vai ter essa mesma condição na indicação das vagas da CPPU. Ressaltou que existia uma sobreposição de associação cruzadas, o que gera, no mínimo, um conflito de interesses porque nessas comissões essas entidades sempre terão a maioria de votos dentro do mesmo setor, o que considera no mínimo, deselegante. **42)** A palavra foi passada para o Conselheiro José André de Araújo, titular Associações de Bairros 1,

solicitando que o Presidente do Conselho esclareça, devido à má redação do decreto que estabelece o procedimento de omissão a ser remetido ao pleno para decisão. Ressaltou que o decreto prevê o total de dez vagas para a CTLU, sem especificar como será a distribuição dessas vagas, tendo em vista a questão da presença de mais conselheiros do setor “a” como do setor “c”, de modo que a representação deveria ser no mínimo quatro para o setor “a”, dois para o setor “b” e quatro para o setor “c” respeitando essa proporcionalidade, razoabilidade e até a própria lei orgânica do município que diz em seu artigo 2º, no inciso II sobre a soberania e a participação popular e no inciso III sobre a transparência e o controle popular na ação do governo. Ponderou, ainda, que diante desta situação e do disposto no artigo 81 da Lei Orgânica do Município pediu seja dado esses esclarecimentos e abertura para novas questões de ordem e inscrições a partir dos esclarecimentos a serem dados pelo Presidente do Conselho. **42)** A palavra foi passada para o Conselheiro Durval Tabach, titular do Conselho Participativo Municipal – Macrorregião Sul 1, que corroborou com esta questão das entidades, ressaltando que diante de um número tão limitado de cadeiras na CTLU diz que acha razoável que o SECOVI retire além dessa indicação 4, tanto do titular quanto do suplente, destacando que existe a indicação 1 e 2 ainda com SECOVI. Sugeriu que uma delas também seja retirada para melhor distribuição da representatividade dentro da CTLU. Como segunda questão, abordou sobre o setor “c” que só tem duas indicações, ressaltou que segundo o entendimento com a SMUL, o setor “c” só poderia indicar conselheiros do CPM, do CADES, dos conselhos que fazem parte do setor “c”, ponderando que isto está um pouco diferente, sugeriu que o setor “c” pudesse indicar outras pessoas que teriam sido indicadas e deixadas de ser indicadas por causa desta orientação que foi passada por e-mail e por telefone. **43)** A palavra foi passada para o Conselheiro Nabil Georges Bonduki, titular das Entidades Acadêmicas (2), que agradeceu ao Conselheiro Eduardo Della Manna por ter retirado uma candidatura permitindo então que pudesse no setor das entidades acadêmicas, profissionais e empresariais, ter seis indicações, não sendo necessário realizar eleição no seguimento, ressaltando que acha importante se ter esse entendimento para que se possa realmente agilizar os trabalhos. Enfatizou ainda que, lhe parece que todo este regimento precisa ser revisto porque está muito confuso esta forma de indicação e eleição, e que parece que não se tem outra etapa para a eleição dos conselheiros de fato da sociedade civil. Ponderou que tem que se abrir um espaço para que efetivamente entre os vários seguimentos, se identifique as pessoas que tem mais condição e representatividade para que possa participar não só da CTLU, como de todos os outros conselhos que serão preenchidos. **44)** A palavra foi passada para o Conselheiro Mateus Henrique Berto Muradas, titular dos Movimentos Ambientais (1), que fez uma consideração sobre a importância de um consenso do setor “a”, destacando que conversaram bastante para chegar nestas indicações, nestas quatro indicações. Ressaltou que não se está retirando nenhuma das seis, que essas estão sendo mantidas, priorizando as quatro, caso seja apenas quatro vagas para o setor “a”. O Conselheiro Mateus Henrique Berto Muradas também ressaltou a fala do Conselheiro José André de Araújo em relação a indicação do setor “c”, destacando

que hoje só se tem duas indicações, pontuou que gostaria que o Secretário levasse em consideração ou o CPM indicarem mais dois candidatos em algum outro momento ou considerar estas duas candidaturas a mais que existem no setor “a”. **45)** A palavra foi passada para a Conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacreta, titular das Associações de Bairros 2, que destacou que sua questão seria sobre o setor “b”, ponderando que o setor econômico se auto indicou em 4 assentos. Enfatizou que o SECOVI poderia se auto indicar para 6 assentos e ressaltou que a intenção do decreto está clara de modo que cada indicação deve ser de uma entidade diferente, em respeito à pluralidade da câmara. Ponderou que, ao se valer dessa estratégia, o SECOVI se valeu de estratagemas para poder exercer um poder antidemocrático, colocando em dúvida a legalidade desse tipo de indicação, tendo o setor econômico sido o único a fazê-lo. Destacou, ainda, que o setor econômico fez de forma cruzada para o SECOVI ter quatro assentos, ponderando que o Conselheiro Eduardo Della Manna desistiu de uma, do AsBEA e do SECOVI, destacando que, de qualquer forma, a Associação Comercial está representada duas vezes, uma vez a AsBEA e o SECOVI continua com três representações. Enfatizou que em sua opinião, isto é ilegal, ressaltando que essa não teria sido a intenção do decreto. Ponderou que o decreto aparentemente procurou ser democrático e plural, enfatizando que não é o que se está se vendo no setor “b”, academia e entidades técnicas. **46)** O Conselheiro Eduardo Della Manna, suplente, do Setor Empresarial 4, pediu a palavra para fazer um esclarecimento, sendo que o mediador Alexandre Pires solicitou para que aguardasse as considerações da mesa, o que foi acatado pelo conselheiro. **47)** A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca passou então a esclarecer as questões que foram levantadas. Em relação a pergunta do Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães esclareceu que pelo decreto são dez cadeiras da Sociedade Civil na CTLU com dez cadeiras do Poder Público, destacando que a CTLU e a CPPU são conselhos paritários, tendo iguais cadeiras da Sociedade Civil com o Poder Público. Destacou que, como prevê o decreto, há no mínimo quatro e no máximo seis indicações para cada setor, ressaltando que existem três setores da Sociedade Civil, previstos dentro da Sociedade Civil para a CTLU e para a CPPU. Em relação ao questionamento da Conselheira Maria Laura Fogaça Zei, esclareceu que foi aberto prazo na reunião, observando que se teve como item de pauta na reunião anterior do CMPU, que se fez uma explicação e que foi solicitado que se enviasse todo o decreto de cada conselho, o regimento interno, juntamente a carta de aceite ao material que deveria ser entregue com as indicações. Destacou que mesmo não tendo todas as documentações foi feito um comunicado abrindo prazo novamente para fazer a regularização das inscrições, ressaltou que isso foi feito e é isto que se trouxe para o CMPU. Quanto ao entrar no consenso do setor “a”, destacou que se tem a seis indicações que estão previstas no decreto, esclarecendo que tecnicamente o setor “a” não precisaria entrar em consenso e que só tem a necessidade de entrar em consenso aqueles que ultrapassarem o decreto, o número máximo que está previsto no decreto e o decreto também prevê uma forma de fazer este desempate. Ponderou que no caso do setor “b” já houve a desistência de uma indicação pelo Conselheiro Eduardo Della Manna que pode ser

feito no momento. Destacou a fala do Conselheiro Mateus Henrique Berto Muradas que não estariam tirando nenhuma indicação, ressaltando que a indicação que foi retirada foi só do setor “b”, para o setor “a” continuam com as 6 indicações a serem validadas pelo Conselho. Esclarecendo ainda que só depois será definida quanto de cada setor irá para CTLU e para CPPU e que isto é uma prerrogativa do executivo previsto no decreto. Com relação ao setor “c para o caso da CTLU” esclareceu que foi aberto prazo no comunicado para este setor complementar as indicações porque não atingiu o mínimo conforme descrito no item 4 do referido comunicado. Também destacou as reuniões agendadas para os colegiados para o próximo ano e a necessidade de se fazer uma deliberação sobre o tema na reunião, ressaltando o interesse da Sociedade Civil em participar destes colegiados. Em relação ao Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato, que fez as considerações sobre a indicação em um mesmo conselho, esclareceu que o Decreto não tem uma vedação explícita que não se possa indicar dentro do mesmo setor mais de uma cadeira para mesma entidade. Ponderando ainda sobre o consenso dentro do setor, destacou a fala do Conselheiro Nabil Georges Bonduki que agradeceu a retirada da candidatura do setor, encerrando os esclarecimentos. **47)** O Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães interrompeu ponderando que sua pergunta não teria sido respondida com relação a se poderiam indicar alguém do setor “a” ou do “b” que estejam com a documentação aprovada. **48)** A Secretaria Executiva esclareceu que o que o Decreto prevê é que as indicações são feitas para o setor Conselho de Políticas Públicas e Setoriais, e que os Conselheiros do CMPU deste setor fazem a indicação e a entidade representada tem de ser de um conselho de políticas públicas e Setoriais. **49)** O mediador Alexandre Pires passou a palavra para o Conselheiro Eduardo Della Manna, suplente, do Setor Empresarial 4, que fez um esclarecimento em relação a representação do setor empresarial no Conselho Municipal de Política Urbana, destacando que o setor empresarial é representado por entidades que representam a indústria, o setor de serviços, o setor comercial e o setor da produção imobiliária. Ponderando que o Setor Comercial e o Setor Empresarial sempre apresentou sua candidatura através da chapa Diálogo Urbano, ressaltando que conta com uma enorme representatividade, destacou que a indústria é representada pelo SINDUSCON com delegação dada pela Federação das Indústrias, o Setor da Produção Imobiliária é representado pela ABRAINC e pelo SECOVI, o Setor de Serviços é representado pelo SINAENCO, pela ASBEA, e o Setor Comercial pela Associação Comercial de São Paulo e pela Federação do Comércio. Destacou ainda que as indicações do Setor Empresarial para a CTLU que elas foram tomadas em conjunto com todas essas entidades que representam a vontade coletiva desses quatro setores que são representados pelo Setor Empresarial no Conselho Municipal de Política Urbana. **50)** A palavra foi passada para o Conselheiro José André de Araújo, titular Associações de Bairros 1, que ponderou que ficou preocupado com a interpretação manifestada pela Secretária Executiva, ressaltando que na sua opinião não é a mais correta. Enfatizou que o próprio espírito da Lei Orgânica do Município e do próprio Plano Diretor, observando que no pensamento da Secretária Executiva

manifestado, o Prefeito poderia editar em um determinado setor seis indicações. Ressaltou que não é esse o espírito da Lei Orgânica do Município e do Plano Diretor alegando que haveria um desrespeito claro ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade do próprio artigo 81, da própria Lei Orgânica do Município. Observou ainda que, tiraria também o poder do próprio Conselho escolher seus representantes que dão voz a Sociedade Civil na CTLU, ressaltando que tivesse a correção no caso desta interpretação, alegando que esta interpretação errônea extrapola também uma interpretação sistêmica do decreto o artigo 4º §5º. Ponderou que se tem que fazer uma leitura sistêmica do 5º onde o conselheiros do setor “a”, do setor “b” e do setor “c” deveriam indicar o número máximo de dez que está previsto no artigo 4º, inciso II da composição geral. Enfatizou que é esta sua questão, predominar a questão dessa interpretação, estaria ferindo a Lei Orgânica do Município, o Plano Diretor Estratégico, o próprio Estatuto da Cidade no seu artigo 2, no qual referenda as diretrizes da participação e do controle social, alegando que o próprio prefeito estaria indicando menos para fiscalizar o próprio executivo tirando a representação da sociedade civil sem levar em conta essa proporcionalidade do número de conselheiros do pleno. Ponderando que é por isso que indica quatro da representação de dez, conforme o artigo 4º para o setor “a”, dois do setor “b” e quatro do setor “c”, ressaltou que é esta a questão de ordem que coloca para evitar um ajuizamento de ação, impugnando qualquer entendimento contrário. **51)** Com a palavra o Conselheiro Durval Tabach, titular do Conselho Participativo Municipal – Macrorregião Sul 1, enfatizou que está achando muito confuso esta questão do que é o conselho setorial e a quem se aplica o indicador ou ao indicado, ressaltando que o CAU não faz parte do setor “c”, não faz parte do Conselho Municipal de Política Urbana. Destacou que quem faz parte é o Conselho Participativo Municipal, CADES pelo Meio Ambiente, CMH pela Habitação, e ponderou que o CAU é um Conselho Profissional, todo e qualquer arquiteto faz parte dele. Ponderou ainda que, se deixou de indicar, pois a informação que chegou da SMUL é que teria que ser um conselheiro de um desses conselhos que faziam parte do CMPU, apelando para que o Setor “c” possa apresentar mais uma indicação do CAU ou do que está valendo nesta questão de conselho setorial. **52)** A palavra é passada para o Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato, titular, dos Movimentos de Mobilidade Urbana, destacando que tem muita gente falando que está confuso e que essa confusão seria evitável, se para todo assunto trazido para deliberação ou validação ou ciência a este colegiado deliberativo, fosse tratado como expediente administrativo. Enfatizou que tudo vem sendo tratado em e-mails e ligações, e assim, qual é a possibilidade de controle social, de transparência e de publicidade conferida à população de São Paulo quando um processo de indicação a um colegiado deliberativo e de caráter estritamente técnico, importantíssimo, justamente para as interpretações sobre as omissões e ambiguidades da legislação urbanística em casos polêmicos como o é a CTLU, seja tratado desta forma, por e-mails e telefone, e interpretações sendo oferecidas no momento da reunião. Enfatizou que isso é perda de eficiência que consta na constituição, que se deve começar a produzir dentro de um rito administrativo no SEI onde os encaminhamentos fiquem

constantemente esclarecidos, ressaltando que não dá para chegar o momento de uma reunião como agora e tem que se ficar falando o óbvio, pois não faz sentido algum um setor econômico que esteja se transfigurando em pessoas. Ponderou que a indústria não é uma pessoa, e que existem pessoas dentro da indústria, e que nenhuma pessoa vale mais do que outra, sendo que a indústria tem pessoas e que não é uma entidade metafísica, ressaltou que bairro tem pessoas, segmentos tem pessoas, destacando que estes segmentos é que tem que estar proporcionalmente representados de forma equilibrada nas indicações. Ponderou que senão de acordo com o procedimento que vem sendo adotado pela Prefeitura Municipal no Plano Diretor, ressaltando que mais uma vez é possível especular que determinado setor pode vir a ser privilegiado em sua representação. Ponderando que é por isso que omissões como a do Decreto não podem ser resolvidas no calor do momento e agora tendo que ser reivindicado o óbvio, destacou a Lei Orgânica do Município, princípios constitucionais da administração pública. Enfatizou que é muito desgastante e é perda de eficiência e não ganho, ressaltando que o SEI trate disso e seja informado ao longo do processo de tomada de decisão via SEI para os conselheiros com um número e a proporcionalidade seja respeitada nas indicações e não sobreposição. Destacou ainda, que os donos de indústrias não valem mais em números do que os segmentos que moram nas periferias, nos centros, nos bairros, nos segmentos técnicos profissionais. A palavra foi passada para a Conselheira Stela de Camargo Dalt, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, que informou que pegaria os itens do decreto que causaram toda confusão na indicação, ressaltando que o setor “c” do setor de políticas públicas e setoriais, são indicados o CPM, o CADES, o CPOP que foi extinto, CMTT e o CMH, destacou o artigo, o §1º que o setores que tratam a alínea “a”, “b” e “c” eles podem ser indicados pelas respectivas entidades no mínimo 4 e no máximo 6, no §2º diz que será permitida a indicação de pessoas físicas e entidades que não compõem o CMPU, sendo que pelo entendimento dos Conselheiros do CPM, fica possível o CPM indicar uma pessoa física que não seja de nenhum conselho, mas também foi indicado uma entidade que não compõe o CMPU que é o CAU que foi aceito e a pessoa física não foi, sendo que no §3º diz que o que trata no §1º deverá estar acompanhado de carta de aceite, já que a mesma corresponde ao mínimo necessário pelo decreto do que é necessário para homologa uma inscrição, solicitando que fique constado no extrato da ata que os conselhos participativos seguiram o decreto nas indicações, e que inclusive não concorda com a leitura do decreto, ponderando que se tem um jurídico representado no CMPU, a Dra. Maria Tereza Gomes da Silva, que poderia dar a opinião sobre o decreto que é confuso, observou que isto ficou claro nas manifestações na reunião. O Presidente enfatizou que diante dos apontamentos dos Conselheiros e Conselheiras, retiraria o item de pauta para estudar o apontamento feito, informando que tão logo conseguisse sanar estas dúvidas, convocaria uma reunião extraordinária para que se possa retomar e concluir as indicações para os conselhos. 53) O Presidente passou a palavra para a Secretária Executiva apresentar o próximo item de pauta. Ato continuo a Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca informando que o item 3 se refere a apresentação anual de implementação

dos instrumentos indutores da função social da propriedade e plano de trabalho 2022 e quem iria apresentar era a coordenadora Cerise Goldman Batistic. **54)** A para foi passada para a Conselheira Wellyene Gomes Bravo, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sul 2, que interrompeu para relatar que não achava certo a proposta do Presidente, ressaltando que o item anterior ele fala de diversas comissões que são importantes fazer as indicações, destacou que está entendendo que o setor “c” apesar de ter indicado duas, e por todos esses motivos colocados, e a interpretação dúbia do decreto acabou não indicando as quatro, o que não impossibilita que haja outras indicações posteriores para serem validadas em outras reuniões, enfatizando que se tem que continuar com o processo da validação das indicações, dos preenchimentos de vagas dos diversos colegiados que está se analisando, e posteriormente passar para estas duas vagas que ficaram em aberto do conselho do setor “c”. **55)** O Presidente esclareceu que dado aos questionamentos, dúvidas, apontamentos de todos que se manifestaram, se suspendeu e retirou o item da pauta e vai se fazer uma nova reunião com a mesma pauta entre outros itens que eventualmente possam ser inseridos em uma reunião extraordinária, retomando o assunto. **56)** O Conselheiro José André de Araújo titular Associações de Bairros 1, fez uma questão de ordem no sentido de que a dúvida que foi levantada é estritamente sobre a CTLU, não dizendo respeito aos outros colegiados, e que isto é um subitem da pauta, ressaltando que o encaminhamento que se coloca para o pleno é a questão da CTLU, destacando em relação aos outros conselhos como o FUNDURB, que não poderão ter prejuízo na continuidade, sendo que se deveria fazer a apresentação das candidaturas e os devidos encaminhamentos, porque pode se ter prejuízo ainda maior. Enfatizou que pede que só a CTLU seja suspensa, e as demais como FUNDURB, FMSAI deverão continuar as indicações e as questões para nomeações para tomada de posse dos indicados, se não tiver nenhum problemas nestes colegiados. **57)** O Presidente esclareceu que entende a colocação, ponderando que dada as próximas reuniões destes conselhos que receberão as indicações que estão sendo submetidas aos conselheiros, sendo a primeira de todos esses conselhos será somente em fevereiro, não se terá reunião em janeiro, destacou que não há prejuízo nenhum de se tirar de pauta esse item, ressaltando que se suspende este item para que se possa esclarecer melhor a todos os conselheiros e também fazer uma revisão também dos outros conselhos para que a mesma dúvida não paire sobre os outros conselhos que serão validados e submetidos aos conselheiros. Enfatizou então, que se suspende este item, passando para o próximo da pauta. **58)** O Conselheiro José André de Araújo titular Associações de Bairros 1, questionou como será resolvida a questão dos outros conselhos, se não for debatido, ou questão de ordem para serem esclarecidas ou ao mesmo a devida e oportuna manifestação, ressaltando que vai ficar prejudicada a questão que colocada, pois poderão ser levantadas outras questões nos demais conselhos. Ressaltou que estas questões poderiam ser solucionadas de uma maneira só, observando que seria até uma questão de economia e de celeridade. **59)** O Presidente esclareceu que diante deste mesmo princípio de economia processual, celeridade e agilidade, a colocação do Conselheiro José André de Araújo, enfatizou

que tanto a CTLU quanto os outros conselhos podem ser resolvidos de uma maneira só, e que então se retira este item e chama uma reunião extraordinária para tratar dessas indicações, ressaltando que assim consegue dirimir qualquer dúvida que venha a existir. **60)** O Presidente passa a palavra para que a Secretária Executiva possa dar seguimento ao item 3 da pauta. **61)** A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca destacou que em relação ao item 3 sobre a apresentação anual de implementação dos instrumentos indutores da função social da propriedade e plano de trabalho 2022, informa que a apresentação seria da Coordenadora Cerise Goldman Batistic e do Diretor DCIT Guilherme Eduardo de Almeida da Coordenadoria de Controle da Função Social da Propriedade (CEPEUC) da Secretaria Municipal de Licenciamento e Urbanismo (SMUL). **62)** A Coordenadora Cerise Goldman Batistic antes de iniciar a apresentação do Relatório Anual 2021 e a proposta do Plano de Trabalho 2022, apresentou-se ao colegiado, informando que tem especialização em Direito Urbanístico pela PUC-MINAS e em Direito Registral e Imobiliário. Ressaltou que é servidora pública concursada na Prefeitura há quinze anos, destacando que nos últimos oito anos foi assessora na Coordenadoria de Parcelamento do Solo e Habitação de Interesse Social (PARHIS) e que começou a trabalhar na Coordenadoria de Controle da Função Social da Propriedade (CEPEUC) em fevereiro de 2021 e coordenadora em agosto de 2021. Ponderou que trabalhar na Coordenadoria de Controle da Função Social da Propriedade (CEPEUC), é uma responsabilidade e um desafio, destacando que nesta coordenadoria pode se aplicar o instrumento de parcelamento, edificação e utilização compulsório, de modo a garantir o ordenamento da cidade em conformidade com o Plano Diretor, visando assim uma cidade mais democrática, controlando assim a especulação imobiliária e trazendo a democratização do espaço urbano, e destacou que quando se promove os usos ociosos dentro da malha urbana, está se evitando a periferização da cidade e democratizando-a. Esclareceu que as áreas de atuação da Coordenadoria de Controle da Função Social da Propriedade (CEPEUC) estão definidas prioritariamente em: ZEIS 2, 3 e 5, Operação Urbana Centro, Operação Urbana Consorciada Água Branca, Eixo de Estruturação Urbana (EEU) da Av. Santo Amaro, área da Subprefeitura Sé (SUBSÉ) e Mooca (SUBMOOCA). Ressaltou que isso não se limita a prospectar e notificar fora destas áreas, enfatizando que o Mapa Colaborativo é um dos instrumentos que permitem a gestão democrática da cidade possibilitando aos municípios contribuir com denúncias sobre a ociosidade de imóveis. Destacou que a apresentação está dividida em três partes: o contexto da aplicação do PEUC em São Paulo (funcionamento da coordenadoria), ações realizadas em 2021 (balanço das ações de 2021), e planejamento para 2022 (apresentação da proposta do plano de trabalho). A Coordenadora informou que conforme o artigo 96 do Plano Diretor os imóveis não parcelados, subutilizados e não utilizados são sujeitos ao parcelamento, edificação e utilização compulsórios, que pelo artigo 92 são considerados não edificado os lotes e glebas com área superior a quinhentos metros quadrados com coeficiente de aproveitamento utilizado igual a zero, e pelo artigo 93 são considerados imóveis subutilizados os imóveis dos lotes e glebas com área superior a quinhentos

metros que apresentem coeficiente de aproveitamento inferior ao mínimo definidos pelos quadros 2 e 2A anexos do Plano Diretor. Destacou ainda, que são considerados também pelo artigo 95, aqueles com coeficiente de aproveitamento utilizado igual ou superior ao aproveitamento mínimo definido pelos quadros 2 e 2A e que tenham no mínimo 60% da sua área construída desocupada há mais de um ano, ponderando que as análises dos imóveis ociosos obedecem de modo simplificado o fluxo de investigação da ociosidade. Apresentou o fluxograma com cada etapa, desde a Etapa 1, com a prospecção e o cadastramento até a Etapa 8, com a desapropriação/sanção, esclarecendo que este último não está regulamentado e que é o próximo passo que CEPEUC está reestruturando. Destacou que em 2021 a Coordenadoria recebeu dois produtos via contrato UNESCO, sendo que um era referente à implantação do sistema SISPEUC, que possibilitou a modernização e a sistemática de registro e gestão de dados, e o outro produto com a FUSP, referente a uma nova metodologia de prospecção de imóveis e procedimentos de vistoria, observando que este trabalho da FUSP forneceu um cadastro de imóveis prospectados de quase 1.700 imóveis. Informou o que foi previsto e estabelecido como meta para 2020 e o que foi efetivamente realizado em 2021, ressaltando que em 2020 estabeleceu-se a meta de se aprimorar a sistemática operacional que visava à melhoria dos resultados no ano de 2021. Afirmou que se incorporou os produtos da FUSP com a otimização de trabalho, ressaltando que atualizaram os dados no sistema do SIMPROC e começaram com o contínuo processo de padronização e sistematização desses processos, destacando que a revisão e a sistematização de bancos de dados de SMUL/CEPEUC também foi realizada em 2021, por aditamento e finalização do contrato da UNESCO-DNA. Esclareceu que essa finalização da DNA é de padronizar e checar individualmente cada dado existente fisicamente para dentro do banco de dados do SISPEUC, destacando que o próximo item previsto em 2020 seria analisar os imóveis com notificação suspensa. Ressaltou que em 2021 foram iniciados os encaminhamentos junto a estes processos suspensos que ainda não foram terminados. Quanto as demais ações previstas para 2020, informou que foi realizado diagnóstico do cumprimento da função social e em 2021 foi encaminhada uma listagem prévia com o diagnóstico para PLANURB, destacando que foi prevista para 2020 buscar e ampliar a equipe de trabalho de CEPEUC de forma a permitir o aumento da capacidade de análise de processos em andamento estabelecendo o mecanismo nas etapas. Destacou ainda, para 2020, a definição de novos procedimentos, elaborar e encaminhar a proposta de aperfeiçoamento do Decreto nº 55.638/2014, ressaltando que para 2021 foram realizadas diversas reuniões internas que corroboraram com o corpo da revisão do decreto, observando que foi feito um colegiado chamando pessoas de outros setores de forma a contribuir para a revisão desse decreto. A Coordenadora também pontuou que também estava previsto para 2020 avaliar os imóveis com dívida ativa, a fim de estudar a aplicação dos instrumentos urbanísticos como dação em pagamento e arrecadação por abandono, ressaltando que em 2021 estes estudos foram iniciados, mas por demandas internas, não se conseguiu avançar, lembrando que se está em um ano de pandemia. Ponderou

a dificuldade em atingir metas devido à impossibilidade de fazer diligências externas pelo próprio decreto da pandemia. Destacou que outro ponto previsto para 2020, foi estudar e propor alternativas aos imóveis que estão na última alíquota do IPTU progressivo e não deram cumprimento a função social, ressaltando que foi aberto um SEI para dar andamento na regulação dos instrumentos urbanísticos, tais como a desapropriação/sanção, arrecadação por abandono, consórcio imobiliário, dação em pagamento, ponderando que só se consegue dar esse passo com a regulamentação desses instrumentos, observou que sem a regulamentação não consegue dar prosseguimento. **63)** O Diretor da Divisão de Cadastro e Informações Territoriais (DCIT), Guilherme Eduardo de Almeida deu continuidade com a apresentação, destacando que continua falando da FUSP e dos contratos da UNESCO e um pouco do que foi realizado, ressaltou a finalização do contrato que foi feito com a FUSP que era a criação de metodologia e de aprimoramento de dados em CEPEUC, observando que se conseguiu que este produto fosse entregue e como resultado teve uma metodologia nova que começou a ser assimilada no segundo semestre desse ano. Pontuou que houve uma listagem de cerca de 1.700 imóveis que estão sendo inseridos no SISPEUC, novo sistema de gestão de dados também proporcionado pelo contrato com a UNESCO, destacando que essa metodologia foca em vistorias, trazendo uma tecnologia nova que seria a identificação via parâmetros já existentes na prefeitura para a identificação de imóveis não utilizados, ponderando que antes tinha o cruzamento das bases fiscais para o encontro de não edificados e subutilizados e agora se tem um indicador proposto por este contrato que prevê conseguir identificar os não utilizados no território, através do cruzamento de informações. Apontou que também foi previsto para 2020 a continuidade da execução do contrato para SISPEUC, ressaltando que em 2021 foi finalizado, entregue, e agora está sendo feitos os ajustes em relação ao banco de dados. Esclareceu que esta tecnologia nova está conseguindo fazer com que se verifique de uma forma mais clara esses dados, conseguindo setorizar e classificar essas informações de forma mais precisa. Observou que se está fazendo um trabalho minucioso de revisão e vistoria de cada um dos processos administrativos para que todos os dados sejam consolidados. Destacou que este processo de consolidação das bases é um movimento que vem desde 2018 e que hoje consegue através do SISPEUC, quando finalizado, ter uma gestão completa dos dados dos imóveis ociosos da cidade de São Paulo. Pontuou que também foi previsto promover as ações necessárias para notificar os imóveis prospectados no âmbito do estudo dos imóveis ociosos em desenvolvimento pela FUSP, e após a finalização do mesmo, ressaltou que devido à pandemia, há um impedimento técnico da efetuação das vistorias e as notificações até o segundo semestre de 2021, ponderando que se retoma também com uma demanda represada de notificações que se começa a fazer a partir deste momento. Destacou que a inserção destes um mil e setecentos (1.700) imóveis foi absorvida dentro do cadastro, ressaltando que agora começam a ser processados e entrar no sistema de notificações e análises. Quanto aos aspectos quantitativos, destacou que o SISPEUC está passando por um processo de reanálise dos dados, ressaltando que alguns indicadores são modificados e alguns

se preservam. Apresentou o gráfico da situação dos imóveis prospectados e cadastrados em CEPEUC de 2014 a novembro de 2021, e o mapas da espacialização dos imóveis cadastrados em SISPEU, notificados e prospectados pela parceria com a UNESCO, destacando que teve áreas de estudos na subprefeitura da Sé e da Mooca. Apresentou ainda o gráfico da situação de petições a CEPEUC, também de 2014 a novembro de 2021, bem como no mesmo período o gráfico de cancelamentos, o gráfico de imóveis em IPTU progressivo, o gráfico de imóveis notificados por tipologia, o gráfico de imóveis notificados apenas em ZEIS por subprefeitura, destacando a subprefeitura do Ipiranga, o gráfico de imóveis notificados exceto ZEIS por subprefeitura, destacando as subprefeituras da SÉ, Mooca e Lapa. **64)** A Coordenadora Cerise Goldman Batistic retoma a apresentação com o Planejamento para 2022, destacando como ações previstas para 2022 a finalização das análises dos imóveis com notificação suspensa, realização de diagnósticos dos imóveis que cumpram a função social, a busca pela ampliação da equipe de trabalho de SMUL/CEPEUC de forma a permitir a capacidade de análise dos processos, e promoção das ações necessárias para notificar os imóveis prospectados no âmbito do estudo de imóveis ociosos em desenvolvimento pela UNESCO-FUSP. Destacou também como ações previstas em 2022 as averbações das notificações junto aos cartórios de Registro de Imóveis competentes, promulgação da Revisão do Decreto nº 55.638 de modo a garantir a maior agilidade na análise dos processos, padronizar e instrumentalizar as análises técnicas dos processos para amparar as decisões por meio de Portarias, Emendas e revisão do Decreto nº 55.638/2014, estudo e proposição de alternativas aos imóveis que estão na última alíquota do IPTU progressivo e que não deram cumprimento à função social da propriedade, ressaltando que com isso vai dar prosseguimento nos estudos desenvolvidos junto ao SEI aberto especialmente para isso (SEI nº 6068.2021/0007923-3). **65)** Finalizada a apresentação o mediador Alexandre Pires abriu para as contribuições do plenário. **66)** A palavra foi passada para o Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, que reportando-se sobre a apresentação, disse que achou muito simpática, mas gostaria de solicitar que tudo isso deve estar em SEI e que esses SEIs fossem disponibilizados para que os conselheiros pudessem analisar, destacando que uma apresentação assim rápida não se tem como fazer uma avaliação, inclusive porque querem cotejar o que foi apresentado com outros dados que levem a verificar o quanto está sendo eficiente e correto. O Conselheiro então solicitou que os SEIs relativos a toda essa apresentação sejam disponibilizados para os conselheiros de forma que possam estudar esse assunto com a devida atenção. **67)** A palavra é passada para o Conselheiro Maurício Ramos de Oliveira, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Oeste, que fez uma observação sobre que hoje a cidade tem um déficit habitacional muito grande, destacou que esta política é muito boa, se ela for bem implementada para poder corrigir esta distorção e trazer e dar moradia para quem precisa realmente, e tirar a ociosidade dos imóveis. O Conselheiro destacou ainda que hoje em dia estão sendo construídos imóveis que não estão sendo feitos para as

peças morarem, são como investimento, ressaltando que se está comprando para investimento e não para as pessoas morarem. Observou que o que está gerando toda essa confusão em São Paulo são as distorções, as destruições de bairros, como no Bairro de Pinheiros, destacando que quadras inteiras estão sendo destruídas. Por fim, visando preparar o Poder Público, ressaltou que terá muito imóvel ocioso no futuro, se continuar a pensar desse jeito, ponderando que os imóveis não estão sendo construídos para as pessoas morarem, estão sendo para investimento financeiro disse que isto tem que se repensar esta política. Enfatizando ainda que a quantidade de imóvel sem função social tende a aumentar e muito no futuro. **68)** A palavra é passada para o Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato, titular, dos Movimentos de Mobilidade Urbana, parabenizando a Coordenadora Cerise Goldman Baticic pela apresentação. Ressaltou que este tipo de apresentação bastante técnica requer um tipo de avaliação e cotejamento das demais informações, como expressadas pelo Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, enfatizando que seja encaminhado com certa antecedência para que haja condições efetivas uma análise fundamentada e proposição de encaminhamento na hora da deliberação pelo colegiado do CMPU. Destacou que a este respeito seria importante relatar em primeiro lugar que é de franco conhecimento que se vive em um mundo de emergência climática onde a produção imobiliária, como falada pelo Conselheiro Maurício Ramos de Oliveira, não está mais atendendo a quem precisa, mas servindo como um produto imobiliário, sendo transacionado em Jacarta, em Dubai, em Londres, não pelas pessoas que estão de zero a três salários mínimos, sobretudo, habitando as ruas de São Paulo de uma forma inédita. O Conselheiro enfatizou ainda, que, portanto, a notificação tem que ser conferida uma urgência climática, e que não o fazer é praticar negacionismo, permitindo a verticalização e devastação com números e consequências ambientais de extração mineral, em Minas Gerais, e de florestas no cerrado e na Amazônia, enquanto tem imóvel subutilizado. Destacou que isso interferirá também na hora da revisão do Plano Diretor sobre os territórios. O Conselheiro citou como exemplo um terreno do INSS, que possui grandes proporções, em um setor de grandes empregos na região de São Paulo, que continua ocioso há décadas, ressaltando que ele fica na esquina da Av. Pres. Juscelino Kubitschek com a Av. Henrique Chamma, próximo a Marginal Pinheiros, com grande potencial de atender habitação e inclusive oferta de empregos nestas regiões. Enfatizou que seria importante que os SEIs possuíssem as informações, onde os conselheiros pudessem se manifestar sobre propostas, recomendações, análises, enfim, de modo a ser documentado o que é preciso melhorar para PEUC se efetivar mais como um instrumento de democratização da cidade, do acesso ao direito a cidade, aos serviços que possuem mais bem estruturados em todo território e sobretudo mais centrais. O Conselheiro concluiu questionando o tamanho da equipe diante da urgência e de se valorizar a PEUC, e uma questionou sobre qual é o tempo considerado no artigo 4º do Decreto nº 55.638 como etapa inicial, ressaltando que parece que o tempo vigente ao Plano Diretor de 2014, com sete anos, essa etapa já deveria ter sido cumprida, ponderando que este decreto seja submetido a suas revisões ao CMPU para

apreciação prévia. **69)** A palavra foi passada para Verônica Kroll suplente das Associações de Bairros 3, enfatizando que este IPTU progressivo é uma luta dos movimentos sociais de moradia há anos. Ressaltou saber que o centro de São Paulo está esvaziado e muitos prédios abandonados e que muitos proprietários estão devendo IPTU. Destacou o Projeto “Pode Entrar” que foi aprovado agora com a discussão da locação social. Questionou em quanto tempo isso se dará, e quais são os imóveis que hoje a Secretaria poderia dizer para os Conselheiros do CMH que poderiam virar locação social, ponderando que a moradia social hoje é escassa. Finalizou enfatizando que gostaria que o Secretário encaminhasse este trabalho para o Conselho Municipal da Habitação para se discutir isso também no Conselho, observando que isto interessa muito, e ressaltando que é uma luta de anos. **70)** A palavra foi passada para o Conselheiro Durval Tabach, titular do Conselho Participativo Municipal – Macrorregião Sul 1, destacando que foi mencionado que 1.700 imóveis foram prospectados através destas novas tecnologias que foram implantadas, informando que não compreendeu onde a FUSP e a UNESCO entraram, se teria um contrato, uma nova forma de prospectar imóveis. Questionou qual é a diferença entre prospectar e cadastrar, observando que este número de 1.700 imóveis é muito diferente das dezenas que foram cadastrados conforme o gráfico mostrado. Questionou ainda, sobre a revisão do Decreto do PEUC, que está sendo previsto, ponderando que é interessante ver que o PEUC é um instrumento fundamental do Plano Diretor. Ressaltou que gostaria de solicitar que este decreto, esta minuta que os técnicos estão estudando, também seja submetido ao CMPU para analisar e ver como isso pode ser mais eficiente para os objetivos do PDE. Enfatizou que o informe que gostaria de dar, veio do CPM da Subprefeitura da Vila Mariana, que um colega seu do CPM Lucian, teve a iniciativa de listar os imóveis que potencialmente poderiam ser notificados para cumprir a função social da propriedade. Ponderou que entendeu que no relatório enviado por e-mail dos 89 imóveis da Vila Mariana que estão cadastrados ou prospectados, uma parcela significativa desses imóveis veio desta lista do CPM da Vila Mariana, informando que é muito importante que as pessoas dos territórios, dos conselhos participativos tenham a oportunidade de apontar como o Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato acabou de apontar um imóvel na Av. Pres. Juscelino Kubitschek. Enfatizou que queria lembrar essa possibilidade, que inclusive o mapa colaborativo existe para denunciar estes imóveis, ressaltando que a pedido do CPM da Vila Mariana agora está incluindo toda a Cidade de São Paulo, não somente as áreas prioritárias da região da Sé e das Operações Urbanas. **71)** A palavra foi passada para a Conselheira Margareth Matiko Uemura, titular das Organizações Não Governamentais – ONG’S, ressaltando que seria um esclarecimento e um pedido. Destacou que foi mencionada a revisão do decreto do parcelamento e edificação compulsório, entendendo que a revisão é por conta de estar com 189 imóveis na terceira alíquota e, portanto, precisa ter o encaminhamento desse rito para retomada desses imóveis, solicitando um esclarecimento sobre. Destacou ainda que na mesma fala do consórcio imobiliário, a dação em pagamento e a retomada dos imóveis, ponderando que a dação em pagamento não tem nada a ver com o Decreto, sendo

uma iniciativa do proprietário. Por fim, indagou, se são aspectos diferentes, da continuidade da aplicação do instrumento, solicitando que este decreto passe para apreciação do CMPU para poder acompanhar e para poder entender os outros encaminhamentos da dação, o do consorcio, e então verificar quais áreas estão em ZEIS, qual seria o estoque para produção de habitação de interesse social e para qual política habitacional ela está sendo destinada. **72)** A palavra foi passada para o Conselheiro José André de Araújo, titular das Associações de Bairros 1, que argumentou que sua grande preocupação, conforme foi bem colocado pelos conselheiros que lhe antecederam, seria a publicidade, citando o artigo 37 da Constituição e o artigo 81 da Lei Orgânica do Município, porque tem a questão do acesso dos SEIs em relação aos processos administrativos via eletrônico porque se terá maior detalhamento disso. Enfatizou que outra preocupação, seria que na revisão do Decreto e até possível formação de uma nova normativa municipal, a questão da prioridade de recursos e funcionários, principalmente nas áreas classificadas como ZEIS, ressaltando que não se pode ter uma situação de falta de habitação de interesse social e imóveis estando em área de ZEIS completamente sem uso, estando praticamente abandonados devendo até merecer ser arrecadados. Como última questão, colocou que a concretização do artigo 9 da Lei Municipal que rege toda esta questão, que é a questão propriamente da desapropriação, do pagamento com títulos da dívida pública, observando que tem uma questão junto ao Senado, destacou que precisa ser definido duas questões, a questão das desapropriações, e a questão dos bens que poderão até ser arrecadados, ponderando que é outra situação que o município deve também fazer uma revisão normativa. E sobre a questão do decreto, já se poderia deixar um cronograma que tem que passar pelo CMPU sobre a discussão dessa redação do decreto, enfatizando que ao seu entender é uma competência das diretrizes até para garantir a função social da propriedade, da função social da cidade, da questão da redação desse decreto que vai regulamentar essa lei tão importante do PEUC no município de São Paulo. **73)** A palavra foi passada para o Conselheiro Edilson Henrique Mineiro, titular do Movimento de Moradia 1, mas em razão da dificuldade do áudio do Conselheiro, o Presidente orientou ao Conselheiro que colocasse no chat as suas contribuições ou seus questionamentos. **74)** O Presidente então passou a fazer os esclarecimentos, destacando a importância desta política da PEUC para a Cidade, ressaltou que houve a implantação e que não há divergência alguma, e que se vê reiteradas vezes sendo dito que é um dos principais instrumentos que até colaboram com o combate ao déficit habitacional na cidade. Enfatizou que isso está sendo feito e está sendo implementado, ressaltou que diante de tudo que foi colocado, destacou que foi encaminhado a todos o relatório, o estudo, o que não foi encaminhado, foi apenas a apresentação que é o resumo do relatório, ponderando que de todo modo esta apresentação estará disponível no site, ressaltou que pedirá a equipe que encaminhe esta apresentação também para todos Conselheiros e Conselheiras por e-mail, reencaminhando também o relatório. Sobre o Mapa colaborativo, destacou que também pedirá a equipe que encaminhe os canais que recebemos as eventuais indicações de imóveis ociosos da cidade para que se possa

umentar ainda mais a utilização desta ferramenta na cidade de São Paulo. Destacou sobre o uso do Pode Entrar, ressaltando que é evidentemente uma política nova na cidade, que é uma mudança na forma de fazer política habitacional na cidade São Paulo e que se está em conversa com a Secretária Municipal da Habitação, enfatizando que vai ser um dos instrumentos que será considerado e utilizado pelo Pode Entrar, sobretudo quando se fala de aluguel social como colocado pela Conselheira Verônica Kroll, observou que se está caminhando na mesma linha de ideias. Pontuou que este monitoramento é feito de maneira constante, lembrando que as notificações têm um prazo para que o imóvel notificado seja respondido. Sobre a função social, o cumprimento da função social, ressaltou que isto vem sendo feito. Enfatizou que vai se intensificar a partir do próximo ano as notificações, ponderando que tiveram um problema que foi a questão da pandemia que impediu que os técnicos fossem a rua, diminuindo a velocidade e a quantidade de notificações da cidade. Observou ainda que foi identificado que muitas das notificações estavam sendo derrubadas na justiça o que levou a reestudar a metodologia e para isso foi convidado e teve a parceria da FAU-USP, que colaborou e participou junto para a elaboração dessa metodologia, informando que também pedirá para a equipe encaminhar aos Conselheiros e Conselheiras, o estudo desenvolvido junto a FAU-USP, para que possam ter acesso. Ressaltou também que a UNESCO, ajudou na elaboração do sistema de monitoramento para que se conseguisse ter um controle maior e mais eficiente, observando que é uma política recente implantada na cidade, e que se tinha o controle manual e agora com este sistema desenvolvido, que tem um controle melhor, que possibilita ter um monitoramento e até mesmo não perder prazo, enfatizando que isto melhora a atuação na cidade e com o fim da pandemia e com as ações presenciais na cidade pode se retomar com uma velocidade maior nas notificações. Quanto à equipe, destacou que ela é preparada, ressaltando que como toda equipe no setor público, se puder ter o reforço, pontuando o chamamento na última semana de quarenta dos arquitetos e engenheiros aprovados do último concurso, ajudando a reforçar as equipes no licenciamento e no desenvolvimento urbano, ponderando que se tem uma expectativa de redimensionar e reestudar todo o efetivo para que se consiga melhorar ainda mais não só a PEUC, mas também PLANURBE, DEUSO, a parte de aprovação da Secretaria para atender melhor as demandas recebidas da cidade. Com relação ao que foi apontado da participação dos conselheiros e conselheiras na revisão dos decretos e até mesmo nos instrumentos previstos na PEUC, o Presidente ressaltando que já foi informado pela coordenadora Cerise Goldman Baticic aos Conselheiros e Conselheiras o número dos SEISs tanto da revisão do Decreto como também da regulamentação dos instrumentos para aplicação da PEUC, pediu que os Conselheiros e Conselheiras acessem estes SEISs e podendo participar a todo tempo desse processo tanto de regulamentação dos instrumentos como de revisão também do decreto. Enfatizou que quando o Decreto estiver pronto e a regularização dos instrumentos também estiverem prontos, as minutas, se fará uma reunião e submeterá a apreciação do Conselho para que se possa colaborar ainda mais com a Secretaria na criação desses instrumentos,

ênfatizando que toda contribuição vinda do CMPU é muito válida e importante, e ajuda a construir a política urbana da cidade. Destacou ainda, que todos os apontamentos foram respondidos, ressaltando que juntou alguns apontamentos que foram repetidos só faltando às considerações do Conselheiro Edilson Henrique Mineiro, informou que tão logo o conselheiro coloque suas considerações retornaria para falar a respeito. **75)** O Conselheiro José André de Araújo, titular Associações de Bairros 1, apresentou questão de ordem para que os SEIs sejam enviados via e-mail. **76)** O Presidente esclareceu que serão encaminhados todos os estudos via e-mail para os Conselheiros e Conselheiras, bem como os números dos SEIs e a apresentação feita na reunião conforme foi combinado. **77)** O Sr. Alexandre Pires passou então a palavra para a Secretária Executiva. **78)** A Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca anunciou o quarto item da pauta, referente a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico (PDE) e das discussões sobre as contribuições recebidas de membros da Sociedade Civil, informando que quem faria a apresentação era a Coordenadora de PLANURBE. **79)** A Coordenadora Heliana Lombardi Artigiani da Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURB) passou a apresentar a síntese da proposta com as contribuições sobre a proposta de metodologia do processo de revisão do Plano Diretor enviadas, destacando que foram recebidas duas propostas, sendo uma enviada pela Conselheira titular do segmento do setor empresarial do CMPU, Beatriz Messeder Sanches Jalbut, que passará a apresentar com o entendimento de PLANURB. Destacou então que a proposta 1 começa com a elaboração de diagnóstico técnico, que pede para indicar status e registrar o trâmite da contratação da FDTE, divulgar cronograma de publicação do Diagnóstico Técnico da FTDE, bem como considerar nessa etapa soluções advindas do processo e das reuniões que já aconteceram até agora. Destacando que isso foi o que veio no documento, esclareceu para que fique claro que a contratação está suspensa ainda. Dando sequência, apresentou o ponto que fala das Oficinas, que pede que seja feita por macrorregião ou tema, que o diagnóstico técnico do PDE deveria ter sido devidamente publicado e analisado antes dessa etapa, que o roteiro metodológico das oficinas deve ser amplamente divulgado e as observações sobre os momentos de debates e devolutivas. Quanto às reuniões com segmentos específicos os três pontos são: apresentar conteúdo que foi coletado e analisado até essa fase; garantir a presença de representantes técnicos do poder público envolvidos na elaboração dos materiais; realização de seminários temáticos e mesas redondas em ambientes acadêmicos, empresariais, institucionais e na própria prefeitura para enriquecer o diálogo. Quanto as audiências públicas, pontuou a elaboração e divulgação de cartilhas para preparação e compreensão do público; apresentação na audiência pública de todo o processo já percorrido para que a sociedade civil organizada e demais entes participantes possam contribuir de forma alinhada, consciente e pertinente sobre todo diagnóstico e processo de revisão da lei. E Por fim, quanto a consolidação do texto do PL pontuou um Evento público ao final do processo, com a presença de todos os agentes envolvidos, para alinhamento sobre a minuta final que será enviada à Câmara Municipal; conferência e consolidação do texto da lei do PDE, envolvendo reuniões

com segmentos específicos e a participação do CMPU. A Coordenadora destacou que o segundo slide trouxe o Cronograma - Divulgação do novo cronograma da revisão do PDE em plataformas digitais e nos meios de comunicação tradicionais. As plataformas digitais - Concentrar o material disponível, reuniões, contribuições, fóruns de discussões e tudo que for relacionado à revisão do PDE em apenas uma plataforma digital. As devolutivas - Etapa de devolutiva, com a justificativa técnica da inclusão ou não das contribuições do processo participativo. A Metodologia / Transparência - Necessidade de conexão e interlocução entre as etapas, com devolutivas; questiona dinâmica de perguntas-respostas nas oficinas; sugere metodologia de construção conjunta e maior transparência no encaminhamento e publicação das contribuições. Terminada apresentação da Síntese da proposta 1, passou a apresentar a Síntese da proposta 2, informando que ela foi enviada por conselheiros representantes da Sociedade Civil no CMPU por meio do Ofício nº 01/2021, destacando que a primeira proposta é na Etapa diagnóstico, sendo as audiências públicas temáticas para apresentação do diagnóstico; a apresentação de todos os dados coletados, ferramentas já utilizadas e análise do corpo técnico; e a apresentação de diagnóstico final e inicial elaborados por PLANURB ou parceira eleita por processo licitatório. Sobre as etapas propostas, destacou as Reuniões temáticas abertas, informativas e avaliativas, 2 para cada tema em cada subprefeitura, 4 temas, 256 reuniões. Quanto as Oficinas territoriais e reuniões por subprefeitura destacou: Formação de GT para organização do processo. Considerar recomendações sanitárias; Necessidade de capacitação de mediadores; Adotar estratégias para mobilização da população e coletivos; 1 oficina e 1 reunião por subprefeitura, por tema, presencial; 128 oficinas e 128 reuniões. Quanto a Participação online e Diagnóstico Participativo, destacou: Oficinas por tema, com participação online, no Participe+, em fóruns de debates por subprefeitura (posterior às oficinas presenciais); Mapeamento colaborativo (possibilidade de demarcar ZEIS ou outras zonas, ou imóveis para PEUC, etc.); Encerrado processo de recepção das propostas, via Participe+ e filipetas, gerar Diagnóstico Participativo. A coordenadora de PLANURBE passou para o próximo slide que tratou das audiências públicas e devolutivas, destacando por subprefeitura (x32), por macrorregião (x8), 1ª audiência geral, aberta, com apresentação da minuta inicial, 2ª audiência geral, aberta, para apresentação da minuta final, sendo 42 audiências ao todo. Sobre as plataformas digitais destacou quanto a centralizar informações na plataforma Gestão Urbana, suprimir site do Plano Diretor, e a filipeta de contribuições, Participe+, Minuta Participativa. Sobre as regras/contribuições destacou que somente propostas recebidas e submetidas pelos canais formais deverão ser consideradas; e só propostas identificadas (inclusive com e-mail), apenas uma contribuição por formulário. Quanto a transparência e divulgação destacou o registro de todas as atividades em um único processo SEI, com acesso público, e disponibilização de todas as informações na plataforma Gestão Urbana. Também foi pontuado a divulgação ampla dos atos convocatórios para os eventos do processo participativo, disponibilização nos sites de todas as secretarias e subprefeituras. Divulgar os instrumentos e ações que foram implementados desde 2014 com a localização

geográfica e informações sobre os projetos/ações; e a divulgação prévia do cronograma de todo o processo participativo. Sobre a responsabilidade técnica pontuou que a Coordenação do Diagnóstico e Revisão Intermediária do PDE conduzida por um profissional com diploma de Arquitetura e Urbanismo, sendo que sobre esta última a Coordenadora disse que gostaria de ter esclarecimentos para saber do que se trata, e sobre as outras se fez uma leitura correta, se era isso mesmo que os conselheiros e conselheiras estão propondo e se os outros conselheiros também têm alguma questão para colocar com relação a este assunto. **80)** Alexandre Pires então abriu para os Conselheiros e Conselheiras se inscreverem para falar. **81)** Antes que os Conselheiros e Conselheiras fizessem o uso da palavra, o Presidente informou que o Conselheiro Edilson Henrique Mineiro tentou reestabelecer a conexão, mas que está com problemas, sendo assim o Conselheiro enviou diretamente ao Presidente os apontamentos feitos. O Presidente então passou a ler os apontamentos, a saber: Quais as ações em andamento para encaminhar o pedido de autorização ao Senado para emissão dos títulos necessários a desapropriação sanção; outro ponto, qual a área dos imóveis que estão na terceira alíquota do IPTU progressivo, destacando que o Conselheiro fez uma sugestão de criar um grupo Inter secretarial para pensar a destinação dos imóveis que vierem a ser desapropriados nesta modalidade. O Presidente enfatizando que foi o que o Conselheiro enviou, esclareceu que sobre o primeiro ponto da desapropriação sanção, destacou que a Secretária da Fazenda disse que é complicado a emissão desses títulos. Ponderando que todavia os instrumentos que estão sendo regulamentados através daquele SEI que já foi citado que será encaminhado para os Conselheiros e Conselheiras por e-mail, observou que se está justamente trabalhando para que se possa ter uma alternativa para que se consiga concluir e efetivar essas sanções. Sobre a questão da terceira alíquota do IPTU, está disponível no site da SMUL, através de uma tabela atualizada mensalmente, disponível no link da PEUC. Sobre a sugestão que o Edilson Henrique Mineiro fez, ressaltou que acha esta sugestão pertinente, destacando que vai submeter esta sugestão interna para que se possa discutir e fazer este grupo Inter secretarial principalmente com a Secretaria da Habitação e a PGM, enfatizou que é muito importante ter todo corpo jurídico da prefeitura participando disso para eventualmente se construa esse grupo Inter secretarial. **82)** Na sequência a palavra foi passada para o Conselheiro Nabil Georges Bonduki, titular das Entidades Acadêmicas (2), que enfatizando que tinha se inscrito para falar do item anterior, destacou que uma das questões que iria levantar é justamente essa que o Conselheiro Edilson Henrique Mineiro levantou, que é a questão dos títulos da dívida pública que tem que ser aprovado pelo Senado, ponderando que o Presidente responde que pensar em termos progressivos, destacando que vai se ter um número cada vez maior de imóveis, observou se realmente se quiser utilizar este instrumento para adquirir imóveis para produção de habitação, a Secretaria das Finanças poderia estudar esta questão. Enfatizando que parece uma questão que nunca foi feita, mas que a Prefeitura de São Paulo poderia ser inovadora no sentido de desapropriar imóveis pagando com título da dívida pública resgatado em dez anos, pontuou que isto aumenta muito a capacidade

da Prefeitura de poder adquirir estes imóveis. Enfatizando que teria uma serie de questões sobre este item, observou que inclusive o consorcio imobiliário já está regulamentado por lei, destacando que a lei é de autoria do próprio Conselheiro, que poderia ser utilizada. Observou que a dação de pagamento também pode ser utilizada, que tem lei e a Prefeitura poderia utilizar para desapropriar imóveis sem ter despesa. Enfatizou que é claro que isso não depende simplesmente do proprietário, ressaltando que pode ser iniciativa da Prefeitura. Quanto ao processo da revisão o Conselheiro destacou que foi apresentada no CMPU uma proposta de um ano para a revisão do Plano Diretor, ponderando que foi consensuada pelo Conselheiros e Conselheiras que era importante ter um ano com a possibilidade de uma prorrogação de mais um ano. Enfatizando que o projeto enviado para a Câmara excluiu o que foi decidido no CMPU quanto a possibilidade do ano adicional, destacou que a Câmara encurtou ainda mais este prazo para sete meses, ressaltando que as duas propostas que foram apresentadas no CMPU, tanto a da representante do Setor Empresarial, como pelos vários outros componentes do conselho representantes da Sociedade Civil, e que ambas que se colocar no cronograma, dificilmente vai chegar nestes sete meses. Enfatizou que se tem uma questão realmente complexa para resolver, observando que tem um problema também com a suspensão do contrato com a fundação que tinha sido contratada para fazer o diagnóstico, pediu que até previamente que o Presidente apresentasse qual a proposta da Secretaria, ressaltando que se a ideia é fazer em sete meses ou não, pontuou que se for fazer em sete meses não se cumprirá nenhuma dessas duas propostas colocadas. Enfatizando que se está em impasse e um assunto complexo para debater nos detalhes, propôs um grupo de trabalho para estabelecer e construir esse processo e em uma reunião próxima do CMPU, dentro de trinta dias no máximo, para que se possa avançar com esse tema, observou que parece que se está em uma encruzilhada difícil, com esta redução de prazo que a Câmara propôs, com uma dificuldade de poder ser consensual em uma proposta que seja efetivamente participativa e que de conta de um problema complexo, como a revisão do plano diretor, ou se avançar em uma delimitação mais clara do que seria esta revisão, ou se debater no CMPU qual será o limite dessa revisão para que ela possa ser um problema menor. Ressaltou que fazer uma revisão absolutamente ampla do plano diretor num processo geral será muito difícil fazer neste prazo. **83)** A palavra foi passada para Conselheira Stela de Camargo Dalt, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, que destacando que falaria um pouco sobre três pontos, agradeceu a Coordenadora Heliana Lombardi Artigiani que fez a apresentação e a sistematização da proposta da Sociedade Civil (ofício nº 01/2021), observando que foi importante a colocação de números pela coordenadoria, para entender quanto a sociedade civil quer fazer um processo amplamente participativo, observando que não necessariamente com esses números de 256 reuniões, ressaltando que se sabe da limitação do pessoal da Secretaria com os próprios trabalhos do dia a dia, enfatizou que este documento foi fruto de um cruzamento de informações dos dois guias participativos de 2014 e o que foi encaminhado para os Conselheiros e Conselheiras por e-mail. Ponderando que ele assimila coisas que estavam presentes no guia dos

processos participativos, ressaltou inclusive das pessoas para conduzir as oficinas, enfatizando que isso é de extrema importância. Observou ainda os próprios procedimentos e o conhecimento das pessoas que vão participar das oficinas, destacando o que está sendo discutido, quais os objetivos do PDE e o limite dessa revisão. Destacou que a segunda questão é sobre a necessidade de fazer novamente reuniões temáticas, ressaltando que talvez não nessa quantidade, que precisa ser pactuado no CMPU, ponderou de fazer as reuniões temáticas porque elas foram difíceis neste ano de pandemia. Destacando as virtuais com inscrição com quatro meses antes das reuniões, ponderou que foi difícil mobilizar a sociedade para elas participarem das reuniões temáticas, enfatizando que são muito importantes. Destacou ainda, que o ponto do profissional formado em arquitetura e urbanismo, ressaltando que o Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato vai complementar depois, mas foi porque na lista de funcionários que são responsáveis pelos guias que receberam, o principal coordenador é o Chefe de Gabinete, Roberto Augusto Baviera, que não é profissional arquiteto e urbanista. **84)** A palavra foi passada para a Conselheira Beatriz Messeder Sanches Jalbut, titular do Setor Empresarial 4, que iniciou agradecendo a Coordenadora Heliana Lombardi Artigiani pela sistematização e leitura de sua proposta, ressaltando que tem duas pequenas considerações a fazer, sendo a primeira em relação ao diagnóstico, destacou que quando se fala de diagnóstico, não somente, necessariamente o elaborado pelo FDTE, entendendo que pode ser um diagnóstico feito pela própria equipe da Secretaria ou qualquer outro processo licitatório se der tempo, ponderou que com este prazo estabelecido pela Câmara fica meio complicado. Destacou que o segundo ponto que tinha também colocado como sugestão seria referente a espacialização dos diagnósticos técnicos e das contribuições advindas das reuniões para que isso fique um pouquinho mais didático para que seja de uma leitura mais fácil, mas imediata nas audiências e nas devolutivas com a sociedade civil em geral. Destacou que a última é uma consideração e uma pergunta que fica que se estas metodologias serão apresentadas em forma de cronograma pela SMUL em uma próxima reunião do CMPU, para entender como estas metodologias serão aplicadas no tempo que se tem, para enviar esta minuta a Câmara e sistematizar toda essa revisão. **85)** A palavra foi passada para a Conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacrete, titular das Associações de Bairros 2, que ponderou que aparentemente o número de reuniões são muitas, ressaltando que entendendo as dificuldades que a prefeitura teria de atender em todas, observou que está revisão não pode ser do protocolar ao teatral, enfatizando que inclusive consta de decisões já transitadas em julgado, e que é inclusive entendimento do próprio judiciário. Ponderou ainda, como representante de associação de moradores, que os moradores estão muito descontentes com os rumos que a cidade está tomando e que é preciso realmente redirecionar o crescimento da cidade porque o que se está se vendo é que ela está se tornando cada vez mais insustentável com esse excesso de construções e sem a contrapartida ambiental adequada para aguentar tantos metros quadrados construídos. Ressaltando que realmente tem que se ter uma discussão muito ampla, ponderou que o diagnóstico tem que ser muito exaustivo e real, porque a

tendencia é dourar a pílula e achar que está tudo uma maravilha, enfatizando que as pessoas entendem que não está e que novos rumos têm que ser tomados para ver uma correção de rumo na proposta do plano diretor de 2014. Enfatizou ainda, que essa revisão tem que ocorrer de forma descentralizada, ressaltando que São Paulo tem doze milhões de pessoas, um milhão de quilômetros quadrados e não se dá para fazer a coisa em poucas reuniões na Câmara Municipal ou em algum lugar da prefeitura como se o processo fosse simples, ponderou que o processo não tem nada de simples e que é lamentável que a Câmara Municipal e até a própria prefeitura não esteja compreendendo isso e queira fazer tudo a toque de caixa como vem ocorrendo.

86) A palavra foi passada para o Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, que dizendo ter percebido que a proposta de metodologia da Conselheira Beatriz Messeder Sanches Jalbut é muito parecida com o aquela que apresentaram, pontuou que tem uma questão muito importante para destacar, reforçando o que a Conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacreta acabou de dizer, que foi feito uma pactuação entre a Prefeitura e o CMPU, destacando que foi uma pactuação a partir da proposta do Secretário que é Presidente do CMPU de doze meses e a Prefeitura mandou para Câmara um projeto de lei dizendo apenas exercício 2022, observou não ser legal do ponto de vista moral, do convívio, que aquilo que se pactua não seja cumprido e alegar óbices do jurídico não é válido. Enfatizando que o Jurídico dá pareceres, não dá decisões sobre os pactos políticos que se fazem aqui no CMPU, observou que podem quando muito sugerir alguma ou outra correção para melhor àquilo que foi decidido politicamente, para que melhor seja executado. Ressaltando que está evidente que não vai ser possível cumprir essa revisão em um prazo até 31 de julho, propôs que a prefeitura através do Secretário Cesar Azevedo se comprometa a priorizar a qualidade do trabalho das audiências públicas, das discussões sobre o prazo e que a Prefeitura se comprometa a pedir a Câmara uma prorrogação desse prazo porque não vai ser possível fazer tudo nesse prazo. Citando como exemplo as 32 Subprefeituras, destacou que cada subprefeitura é uma grande cidade, pontuando que não vai dar para fazer isso assim, duas ou três audiências, com algumas pessoas na Câmara ou na própria Subprefeitura, enfatizando que tem que ser uma discussão de fato, observou que tem um problema que já identificaram e que não dá para se resolver desenhando no mapa os quadradinhos dizendo como cada região faz. Por fim, destacou que tem que se olhar a realidade objetiva e a diversidade de cada pedaço desta cidade e da sociedade que habita neste pedaço, levantando a proposta, o pedido de que a Prefeitura se comprometa com o conselheiros e conselheiras a cumprir isto, pedir uma extensão de prazo, observando que não precisa ser já, mas que logo ficará evidente e ainda tem o problema do diagnóstico, e sem diagnóstico não se sabe o que deu certo o que deu errado, o que não foi implementado. Enfatizando que é um problema, ponderou que não vai se ter diagnóstico para cumprir cento e oitenta dias.

87) A palavra foi passada para a Conselheira Wellyene Gomes Bravo, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sul 2, que destacou sobre a contribuição que fizeram sobre a metodologia é a necessidade de fazer

diversas reuniões, observando que o número de 256 não é o número que se propõe no documento, e sim que as reuniões sejam feitas de forma bem participativa, que estas reuniões informativas e avaliativas aconteçam dentro das subprefeituras e que estas reuniões dentro das subprefeituras sejam divididas pelos temas dentro dessa apresentação de duas por subprefeitura, podendo contar 64 e não 256. Pontuando que sejam divididas por temas, ressaltou que é todo um trabalho desenhar melhor essa proposta coloca pelos Conselheiros e Conselheiras da Sociedade Civil, observando que colocou de forma bem rasa para que possa se ter material para discutir e levar o que se pretende de um processo participativo. Por fim, enfatizou que a proposta para desenhar esta logística de forma a realmente trazer a participação das pessoas, inclusive por distrito dentro da subprefeitura, porque cada distrito em uma mesma subprefeitura têm realidades e necessidades diferentes, ressaltando que tem a possibilidade de sentar e fazer um bom desenho para quando estas reuniões na subprefeitura ocorram, ocorram de forma bastante produtiva, a detalhar cada um dos temas que serão necessários neste processo participativo pra que se tenha uma revisão de fato, que agregue elementos para atingir os objetivos como está proposto no PDE. **88)** A palavra foi passada para o Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato titular dos Movimentos de mobilidade urbana, enfatizando que se avançou sete anos em relação a 2014, ressaltou que não pode se esquecer do princípio do não retrocesso das políticas públicas e na administração como em jurisprudências fartas do STF, pontuando que não pode ter um processo menos participativo do que ocorreu em 2014 e avançar em relação a aquilo que em 2014 apresentou eventualmente com lacuna, destacou que neste sentido a proposta da sociedade civil foi submetida e que possa trabalhar no sentido de cumprir com maior participação democrática até por conta da experiência com a pandemia e do que se apreendeu e precisa apreender com ela. A respeito da responsabilidade técnica destacou que isso trata-se de uma norma federal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, por força da Resolução 210 de 2021 que alterou a resolução 51 de 2013, a respeito das competências privativas do exercício da arquitetura e urbanismo, cujo o artigo 2º, inciso V, fica bastante evidente que a Coordenação de equipe multidisciplinar de planejamento consternam-te a plano de traçado da cidade, a plano diretor entre outras é competência privativa de arquiteto. Exemplificou dizendo que é como pedir para alguém que não é formado em medicina recomendar remédio, isso não é possível, ressaltando ainda, que da mesma forma essa resolução determina que a coordenação de processo de plano diretor deva ser de arquitetura e urbanismo e isso não foi o que se tinha visto nos guias que foi assinado como coordenação da assessoria de comunicação da SMUL. Por fim, enfatizou que o site de gestão urbana que deve concentrar e não apresentar como que se está colocando duplicidade no site do plano diretor em que as informações fiquem ambíguas e promovam conflitos de interpretação de informação, pontuando que o SEI é o que reúne do ponto de vista administrativo e o de gestão urbana publiciza aquilo que já está precedido no processo SEI. **89)** A palavra foi passada para o Conselheiro José André de Araújo iniciando relatando que o Presidente não respondeu sua pergunta, ponderando que o

Conselheiro Edilson Henrique Mineiro falou da questão da PEC, ressaltou que necessita de uma atuação junto ao senado, questionando quais as providências que a prefeitura para conseguir a resolução legislativa de autorização para o pagamento dos títulos no caso de desapropriação. Ponderou ainda, que deveria ir arrematado com a frente de municípios e a confederação de municípios para ir para essa autorização. Ressaltando que a questão que pergunta é que foi reduzido o prazo para revisão do plano diretor, disse que gostaria de saber do cronograma e a Secretaria pretende divulgar, para que se possa ter a garantia das audiências públicas nos territórios, devido as questões das desigualdades territoriais, sociais, as especificidades. Destacou que outra questão bastante importante que o Conselheiro Nabil Georges Bonduki propôs e que também concorda, é a criação de um GT para que se possa acompanhar juntamente com os conselheiros e o poder público, a questão do andamento da questão da revisão do plano diretor, qual a dimensão. Enfatizando que se vai ter dificuldade por causa da questão do diagnóstico, pontuou que sua pergunta vai nessa situação, de quando vai ter a divulgação do cronograma diante dessa redução, diante da desautorização do Conselho Municipal de Política Urbana, esperando que todas as perguntas sejam respondidas. **90)** A palavra retorna ao Presidente para as considerações finais sobre o item da pauta. O Presidente se referindo ao que foi apontado pelos Conselheiros e Conselheiras, disse que iria sistematizar e responder meio que coletivo sobre os pontos. O Presidente destacando que inicialmente o ponto mais falado foi sobre os prazos, ressaltou que o compromisso que foi feito junto ao Conselho, destacando que houve a SMUL, os conselheiros da Sociedade Civil, os conselheiros representantes do Governo e o que foi pactuado com o Conselheiros e Conselheiras destacou que foi cumprindo que não houve o descumprimento, e que não é correto dizer que houve um descumprimento dentro daquilo que foi pactuado, ressaltando que foi solicitado, como foi pactuado, os doze meses e a previsão já legal de mais doze meses para eventual nova prorrogação. O Presidente esclareceu que quando isso chegou na assessoria técnica do governo se entendeu que deveria seguir o mesmo raciocínio já existente do próprio Plano Diretor no artigo 4º, parágrafo único, de mais doze meses e se caso necessário se solicitasse ao legislativo um novo período, ressaltando que em momento algum foi dito que não poderia prorrogar por mais doze meses, e que apenas não constou essa autorização prévia para o novo prazo de doze meses, para seguir na mesma lógica existente no próprio Plano Diretor. Sobre a redução de doze para seis, julho de 2022, o Presidente esclareceu que foi uma determinação da Câmara, ressaltando que o legislativo tem autonomia para também sugestões e alterações nos Projetos de Lei encaminhados pelo Executivo, observou que aconteceu a mesma coisa na gestão do Prefeito Kassab em que o executivo pediu um prazo e o legislativo concedeu um prazo menor ao solicitado pelo executivo, ressaltando que depois houve um novo pedido do executivo por um período igual e foi concedido também novo prazo. Enfatizando que o compromisso que a gestão tem e que está sendo trabalhado com o CMPU, afirmou que se o executivo verificar que o prazo que foi dado não é suficiente para concluir o processo de revisão, pede-se um novo prazo, ponderando como foi falado com o

CMPU no começo deste ano, quando se começou os trabalhos, as discussões, na primeira reunião, recordou que já era solicitado que já se fizesse a prorrogação do prazo, e sempre foi esclarecido pela continuidade e se chegar ao final deste prazo e identificar que é insuficiente, pede-se uma prorrogação, pontuando que da mesma forma será com este prazo que foi concedido. Ponderou ainda, que não é que diminuíram o prazo e sim que se ganhou meio ano, destacando que tudo aquilo que foi construído não será jogado fora e ajuda a formar o processo de revisão, pontuou que faz parte desta construção, destacando que isso vai somar e só se conseguirá desenhar um novo cronograma a partir de uma metodologia e de propostas de novas agendas. Enfatizou que por isso na reunião passada abriu esta discussão com o CMPU para que encaminhasse aos Conselheiros e Conselheiras aquilo que imaginasse o que seria tanto a metodologia quanto os próximos passos que se daria e os Conselheiros e Conselheiras mandassem as sugestões, destacando que foi recebido duas cartas que foram sistematizadas e escutando todos os apontamentos feitas pelo CMPU, ponderou que se marca uma reunião seguinte e apresenta ao Conselho um projeto final de um calendário com os próximos passos. Observou que essa discussão toda que será feita dos próximos passos, sempre com a colaboração dos Conselheiros e das Conselheiras, destacando que para isso já existe um GT já criado por Resolução do CMPU. Pontuando que notou que depois da suspensão e da paralização das atividades que se teve para discutir esse GT, também ficou parado, não teve mais reuniões, observou que este grupo já se reuniu em outras ocasiões e que a expectativa é que este grupo retome as ações a luz daquela resolução que foi inclusive pactuada pelos conselheiros e conselheiras. Enfatizando que para que todos fiquem tranquilos, a coordenação técnica de todos os estudos e de todas as informações, é feita pela Coordenadora Heliana Lombardi Artigiani da Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURB), que é arquiteta por formação, tem pós-graduação, tem mestrado, ressaltou que em momento algum houve irresponsabilidade por parte da administração de deixar a condução técnica dos trabalhos ser feita por uma pessoa que não tivesse ofício para tanto e o preparo para tanto, esclarecendo sobre o apontamento dos conselheiros ressaltou que coordenação de todo o processo, explicando que não é só a ação técnica, se tem a parte de comunicação, a parte de mobilização, a parte jurídica, destacou que vários atores que compõe este processo e que isso foi conduzido pelo Gabinete do Secretário na pessoa do Chefe de Gabinete. Observando que é feita toda uma estrutura para que possa programar e concluir um projeto para que se possa conduzir a revisão do Plano Diretor. Sobre o apontamento de ter dois canais que tratassem da revisão do plano diretor, ressaltou que o Gestão Urbana nunca foi desativado e sempre foi um instrumento que reúne todas as informações que ajudaram a formar o atual PDE e todos os outros instrumentos de política urbana da cidade, enfatizando que o Gestão Urbana ainda está ativo e ainda é instrumento desse processo de revisão, destacou que se criou mais um canal que ficasse mais didático e que se conseguisse aumentar ainda mais a divulgação e tivesse mais braços para que se fizesse o processo de discussão da Sociedade. O Presidente lembrou que não tem como dar duplicidade ou dar confusão porque a

informação que vai em um vai no outro, ressaltando que não há informações divergentes entre os dois canais, pontuou que o que vai para o Gestão Urbana vai para o Plano Diretor e vice-versa. Com relação ao que foi colocado pelos Conselheiros sobre o processo ser protocolar ou teatral, esclareceu que é evidente que é uma preocupação da administração que todo esse processo não seja protocolar ou teatral, observando que se fosse dessa maneira não estariam a frente, não estariam com todo esse planejamento que se esta fazendo, acreditando que os próprios Conselheiros e Conselheiras do CMPU estariam participando em uma sexta-feira a tarde inteira como foi em outras reuniões discussões para que se conseguisse contribuir e construir com um processo em quem ganha é a cidade, até mesmo para corrigir o descontentamento dos próprios paulistanos com as distorções e as mudanças no percurso do que foi proposto. Ponderou ainda que a descentralização dessas reuniões proposta pelo executivo, observando que era através de uma plataforma digital e hoje com o fim da pandemia consegue ir aos bairros, até os distritos, até as regiões das Subprefeituras para poder estar presencialmente também, destacou que então consegue fazer o modelo hibrido focando agora nesta parte presencial também, ponderando que nunca foi proposta nenhum tipo de ação que fosse feita a toque de caixa, enfatizou que é muito importante que os Conselheiros tenham isto claro. Destacando que o que estava se fazendo era uma programação para cumprir uma obrigação legal que o próprio Plano Diretor trazia em seu artigo 4º parágrafo único. Observando que tudo que foi apontado acredita que falou, pontuou que só ficou faltando o que foi dito pela Conselheira Beatriz Messeder Sanches Jalbut para melhorar a didática do material apresentado, ressaltando que essa sugestão é bem-vinda, destacou se vai tentar transformar isso numa linguagem mais popular e menos técnica sem perder a essência de tudo o que está sendo produzido e trabalhando tanto com os Conselheiros quanto com a Sociedade de maneira geral. Enfatizou que depois de toda a sistematização que foi feita e apresentada referente as duas cartas recebidas, destacando que tudo que foi feito esta gravado e que vai se repassar e escutar novamente e tentar apresentar para os conselheiros na próxima reunião o material final com essas contribuições e a luz dessas duas cartas encaminhadas e com o cronograma com esse material apresentado no prazo que foi dado para que se consiga conduzir a revisão do Plano Diretor e colocar para os conselheiros e conselheiras em um próxima reunião. **91)** A palavra foi passada para a Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca que apresentou o calendário com as reuniões ordinárias previstas para ocorrer em 2022, destacando que foi levado em consideração as quintas-feiras, o mesmo horário, que os conselheiros se reúnem, seguindo o prazo de reuniões bimestrais, a cada dois meses, pontuou que se tem prevista seis reuniões para o ano que vem, 17 de fevereiro, 14 de abril, 09 de junho, 18 de agosto, 20 de outubro, 08 de dezembro. A Secretária Executiva esclareceu que isto irá para a apresentação e caso alguém tenha alguma dúvida pode ser revista caso seja necessário, ressaltando que a secretaria executiva permanece a disposição e que o e-mail é cmpu@prefeitura.sp.gov.br. **92)** A palavra foi passada para a Conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacrete, titular das Associações de Bairros 2, que questionou

como este calendário vai se compatibilizar com a revisão do Plano Diretor, porque pela lei se o Prefeito sancionar vai ter que ser enviado para Câmara em julho, destacando que só se teria três reuniões. **93)** O Presidente esclareceu que do calendário apresentado são de reuniões ordinárias, ressaltando que se pode convocar reuniões extraordinárias a qualquer momento, respeitado o prazo de convocação. Enfatizando que esse calendário é o que se tem por obrigação de apresentar para os conselheiros, de qual vai ser o calendário para o exercício seguinte de reuniões ordinárias, observando que a qualquer tempo pode convocar uma reunião extraordinária, exemplificou com o que já tinha colocado que em janeiro ira convocar uma reunião extraordinária, tanto para sanar a questão da posse daquele conselheiro que foi apontado da legalidade da nomeação dele, quanto a questão da indicação para CTLU e apresentar o projeto final, a proposta final de agenda e de reuniões da revisão do Plano Diretor. **94)** O Presidente abriu para os Conselheiros e Conselheiras que quisessem se manifestar. **95)** A palavra foi passada para a Conselheira Stela de Camargo Dalt, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, que pontuou sobre a questão do gestão urbana, principalmente falando como pesquisadora que acessa bastante a plataforma, destacou que ela é excepcional, tem informações, mas ela própria tem falhas de manutenção mesmo, e a preocupação dos conselheiros que assinaram o ofício é que o processo participativo da revisão do Plano Diretor ele fique remetido a essa plataforma única que reúne todos os dados das revisões, e não só das revisões, mas de todos os processos de política urbana, PIU e tudo mais. A conselheira dizendo que entende a questão de chamar a atenção para o processo de revisão, de fazer algo exclusivo, destacou que isso pode parecer uma coisa boa neste momento, mas no futuro pode ser um problema, porque muda de gestão e ninguém alimenta a plataforma e aí vira um link perdido e as informações se perdem e depois é muito difícil ficar catando o que se perdeu no meio do caminho. Enfatizou que esta é a preocupação de ser uma plataforma única, para se conseguir ter essa vinculação que foi feito, o que está sendo feito agora para se ter uma compreensão do processo. Também pediu para ficar registrado que a Conselheira Wellyene Gomes Bravo teve problemas para voltar para a reunião e que ficou no lobby, mas o lobby sumiu também. Por fim, agradeceu ao Alexandre Pires e a Secretária Executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca, ressaltando que vê que está melhorando bastante também o andamento das reuniões. **96)** A palavra foi passada para o Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, que iniciou ressaltando que além da questão do gestão urbana que já foi levantada, reafirmou dizendo que quanto menos dispersa estiver as informações, ainda que possam ser as mesmas, cria confusão. O Conselheiro enfatizando que gostaria de fazer um apelo, pontuou que se tem algumas questões que dependem do que a Secretaria vai fazer uma consulta ao jurídico, ressaltando que é importante que o parecer jurídico que vai embasar a decisão proposta da Secretaria seja enviado aos conselheiros, porque é um parecer, ponderando que até que fosse uma sentença teria que receber, quanto mais, apenas um parecer por mais qualificado que seja. Enfatizou que seja enviado antes, e não

apenas ser informado o parecer do jurídico, ressaltando que também tem advogados e advogadas muito capazes de ter opiniões e pareceres sobre as questões. Pontuando que acha que isso facilita e se chega nas reuniões que podem fluir de uma forma mais produtiva, destacando que isso é fundamental para que se vá mais longe. Por fim, desejou um feliz natal para todos e para todas, ressaltando que não se encontraram mais em 2021 e que em 2022 seja um ano muito bom para todos e para o CMPU seja um ano muito produtivo. **97)** A palavra foi passada para a Conselheira Edenilda das Neves Carneiro Souza, titular da Associações de Bairros 3, iniciou sua fala agradecendo ao Secretário César Azevedo, ao Alexandre Pires e a Talita Veiga Cavallari Fonseca pela paciência, destacou que achou a reunião muito longa, ressaltando que deveria se fazer uma reunião mais sucinta para não ser tão cansativa. Ponderou quanto a chamar mais reuniões extraordinárias, para determinadas pautas, para poder encaminhar e já resolver cada questão, enfatizando que seria uma solução porque viu que no percurso pessoas saíram, outras tiveram compromissos e fica com a pauta muito longa e acaba dificultando até a concentração na reunião e o período fica muito longo. Reforçou também a proposta da Conselheira Verônica Kroll da informação, ressaltando que no Conselho de Habitação se começou um processo de fazer essa busca pelos imóveis, de poder marcar imóveis que estão ociosos. Enfatizou que se fez um trabalho muito intenso, observando que começou na Gestão do Haddad fazer este processo da demarcação dos imóveis que estavam ociosos. Pontuando que o Conselheiro Nabil Georges Bonduki propôs isso, reforçou em fazer estas reuniões temáticas, por exemplo, para discutir este assunto, e ir eliminando cada pauta, ressaltando que esta questão, por exemplo, da revisão do Plano Diretor, as propostas que foram colocadas. Observou que se tiver um grupo que traga isso mais resumido para a reunião, para facilitar, ressaltou que também ficaria interessante, ponderando que uma reunião para discutir tudo e trazer um resumo de todas as pautas faz com que a reunião fique muito lenta e muito cansativa para todos. Destacou que apesar da reunião muito longa, foi muito produtiva, agradecendo a todos pelo aprendizado, e ressaltando que atuou bastante no Conselho de Habitação, pontuou que está pauta mais geral acaba trazendo muitas coisas novas. Por fim, agradeceu a cada conselheiro pela experiência de compartilhar com todos, desejando boas festas a todos. **98)** A palavra é passada para o Conselheiro Maurício Ramos de Oliveira, titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Oeste, reiterando o que achou sobre a resposta do Presidente, disse que entendeu que se não conseguir atingir o mínimo necessário para poder enviar uma proposta para a Câmara em julho, se pediria uma nova extensão de prazo, pedindo para que o Presidente confirmasse. Com relação a segunda pergunta, ressaltou que como todos os outros, se sente um pouquinho desprestigiado pela decisão da Câmara, que ao seu ver, não são eles que fazem a proposta, eles estão lá para legislar, pontuando que quem monta a proposta são os conselheiros, quem sabe do prazo são os conselheiros. Enfatizou que não podem determinar quanto tempo vai demorar para fazer um trabalho ou não, ressaltando que não achou isso correto e desnecessário submeter a Câmara este tipo de decisão porque se viu a dificuldade que se teve no ano passado, ressaltando que

foi bacana esta pactuação, destacou que depois chega lá, eles falam que não querem, que não é assim, que não acham certo e que vão reduzir. Enfatizou ainda, dizendo que este é para manifestar o seu descontentamento em relação a esta decisão da Câmara, ressaltando que como membro do CMPU, destacou que vem ao CMPU para trabalhar e que são todos voluntários, dedicando um tempo e de que as reuniões são longas e as vezes até cansativa, ponderando que todos os conselheiros dão o seu melhor para participar. O Conselheiro disse ainda que acha importante que se reafirmasse que se não tivessem o tempo necessário para cumprir os trabalhos devido as dificuldades que podem ser apresentadas, e certamente se terá, que será estendido o prazo. Por fim agradeceu desejando bom Natal a todos e um Natal de paz, que o próximo ano seja de recuperação para todos, que possam superar essas perdas de vida que se teve nas famílias. **99)** O Presidente sobre o que foi falado pelos conselheiros e conselheiras, destacou que sobre o gestão urbana vai conversar com a equipe técnica para que fique o recado e sugestão de todos, para que se faça uma atualização do gestão urbana, identifique se há alguma falta de informação ou se de repente não está sendo alimentado no gestão urbana para que se consiga compatibilizar as duas plataformas e serem duas plataformas com o objetivo de aumentar a divulgação daquilo que está se fazendo, dar mais transparência e mais canais de discussão com a sociedade, ressaltando que o que os conselheiros e conselheiras falaram está mais do que correto se existe, se é que está existindo esse tipo de atenção com o gestão urbana, pontuou que se irá redobrar a atenção para que se comece 2022 com essas duas plataformas turbinadas. Sobre os pareceres jurídicos colocados pelo Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, o Presidente destacou que todos eles são públicos e que não existe nenhum segredo de estado desses pareceres, ressaltando que cada conselheiro, cada cidadão, que queira acesso é só pedir que será fornecido. Pontou que para facilitar ainda mais o acesso a estas informações se disponibiliza no gestão urbana e em outras plataformas tudo aquilo que foi construído nos processo. Informou ainda que se começará fazer menção aos SEIs, processos eletrônicos que constroem as respostas que são apontadas para o CMPU, para que os conselheiros e conselheiras possam ter acesso ao processo completo e não só aos pareceres jurídicos que eventualmente forem feitos em determinados casos. Sobre as reuniões extraordinárias, o Presidente destacou que é mais do que pertinente tentar ter reuniões mais objetivas para que se consiga otimizar mais o tempo e ter um ganho melhor sobre as pautas, ressaltando que esse planejamento já é feito para as reuniões, quando se forma as pautas para as reuniões, pontuou que se vai tentar fazer as reuniões extraordinárias mais temáticas e objetivando sempre ter um pouco mais celeridade. Com relação ao prazo, o Presidente ponderou que caso se identifique que o prazo que se tem para findar o processo seja insuficiente o executivo solicita no momento apropriado um novo prazo para a Câmara Municipal, ressaltando que o Plano Diretor cria o prazo do executivo, observando que se tem que seguir o rito criado pelo próprio Plano Diretor através de lei, e de que só se muda a lei com uma nova lei e para que se tenha a lei o parlamento tem que autorizar e tem que votar essa lei. O Presidente enfatizou ainda que aqui

como se preza pela democracia e respeito as instituições têm que submeter, não tem como fazer diferente, tem que submeter para que votem e aprovem, ressaltando que diante deste novo prazo, diante das discussões feitas na reunião passada, os materiais, as contribuições enviadas e a reunião de hoje, vai se elaborar um calendário e uma agenda com sugestão das próximas ações que se terá e submeter novamente ao CMPU. O Presidente observou, se dirigindo ao Conselheiro Maurício Ramos de Oliveira, que todos os apontamentos feitos no CMPU estão registrados, estão constados tanto da gravação como fica registrado em ata, destacando que é legítimo quem tiver qualquer tipo de descontentamento façam esta manifestação e se registre em ata, e isto está registrado. O Presidente então agradeceu a todos e todas, desejando um Feliz Natal e um 2022 de sucesso, e encerrou a reunião do CMPU às 18h03min.

ENTIDADES/MEMBROS PENDENTES (POSSE SOBRESTADA): SOCIEDADE CIVIL: CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA MACRORREGIÃO NORTE 1 (FERNANDO RANGEL E DOGIVALDO DE FREITAS)

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

PODER PÚBLICO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC; SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO NORTE 1; SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO OESTE; SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO SUL 1

SOCIEDADE CIVIL: ENTIDADES RELIGIOSAS; CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES;

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS: SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO; SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO (1) – (ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (CIGABC); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DE SÃO PAULO (CONISUD); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI (CIMBAJU); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO (CIOESTE); CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ (CONDEMAT).

PRESIDÊNCIA

**CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO
PRESIDENTE**

ROBERTO AUGUSTO BAVIERA
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

MARIA FERNANDA PENHA MACHADO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

MARIA TEREZA GOMES DA SILVA
TITULAR

MARCELO HENRIQUE HANEDA PEREIRA
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM (1)

VIVIAN SATIRO DE OLIVEIRA
TITULAR

TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM (2)

TARCILA PERES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

MARIA LÚCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

CLAUDIA BICE ROMANO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

ANA CAROLINA NUNES LAFEMINA
TITULAR

RODE FELIPE BEZERRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

JULIANA FELICIDADE ARMEDE

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO – SEHAB

JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS
TITULAR

ELISABETE FRANÇA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELLE PEREA CAVINATO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB

MARCOS MONTEIRO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO –
SMDT**

ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

LARISSA GARCIA CAMPAGNER
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA
SUPLENTE

**SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO NORTE 2**

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE
MACRORREGIÃO LESTE 1

DANILO ANTÃO FERNANDES
TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 2

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 2

SIMONE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA
TITULAR

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

MAURÍCIO RAMOS DE OLIVEIRA
TITULAR

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SÉ

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

FRANCISCO CLAUDIO DO NASCIMENTO
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI
TITULAR

OSNI PANDORI
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 2

ADEMILSON FERREIRA
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2

WELLYENE GOMES BRAVO
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 1

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
Movimento de Moradia Sem Terra – Leste 1 (MST LESTE 1)
TITULAR

MÁRCIA MARIA FARTOS TERLIZZI
Movimento Sem Teto do Centro (MSTC)
SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 2

ELIETE CALISTO DA CRUZ
Centro de Promoção e Inclusão Social 26 de Julho
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 3

JULIETA APARECIDA TOLENTINO DE ABRAÃO
Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste
TITULAR

JOÃO PAULO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste
SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 4

ANDRÉ DELFINO DA SILVA
Unificação de Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM)
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 1

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO
Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 2

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA
Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista (SAPP)
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 3

EDENILDA DAS NEVES CARNEIRO SOUZA
Associação Ambiental e Habitacional João de Barro (AAHJB)
TITULAR

VERÔNICA KROLL
Associação Ambiental e Habitacional João de Barro (AAHJB)
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 4

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI

Associação de Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança
(ASSAMPALBA)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 1

MARCIO JEHA CHÉDE

Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis
Residenciais e Comerciais de São Paulo (SECOVI SP)
TITULAR

JULIANA BRAGA PAVIATO

Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

SERGIO GARRIDO CINCURA

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São
Paulo (SINDUSCON)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 3

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI

Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva
(SINAENCO)
TITULAR

LUCIANA LINS NASCIMENTO

Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura de São Paulo (AsBEA)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT
Associação Comercial de São Paulo (ACSP)
TITULAR

EDUARDO DELLA MANNA
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
(FECOMÉRCIO/SP)
SUPLENTE

ENTIDADES SINDICAIS

LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Central Única dos Trabalhadores (CUT SP)
TITULAR

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG'S

MARGARETH MATIKO UEMURA
Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS)
TITULAR

ENTIDADES PROFISSIONAIS

RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI
Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo (IAB-SP)
SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS (1)

VIVIANE MANZIONE RUBIO
Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE)
TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS (2)

NABIL GEORGES BONDUKI
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)
TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS (1)

MATEUS HENRIQUE BERTO MURADAS
Associação dos Mutuários e Moradores da COHAB 1
TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS (2)

MARIA LÚCIA RAMOS BELLENZANI
Instituto Casa da Cidade
TITULAR

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO
Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE)
TITULAR

JULIANA TRENTO
Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE)
SUPLENTE

MOVIMENTOS CULTURAIS

THIAGO MESSIAS MORAIS DA SILVA
Cooperativa de Trabalho de Artistas
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

SANDRA RAMALHOSO
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH

ADELCKE ROSSETTO NETTO
TITULAR

VIOLÊTA SALDANHA KUBRUSLY
SUPLENTE

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO
PAULO (2) – (ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE)**

MÁRCIA RENATA ITANI
SUPLENTE

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES
TITULAR